



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MILENA SANTOS SANTIAGO

**TRANSNACIONALIZAÇÃO DE LUTAS CONTRA-HEGEMÔNICAS NAS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS: O CASO DO MOVIMENTO ZAPATISTAS,
NO MÉXICO, E DO MOVIMENTO PELA SOBREVIVÊNCIA
DO POVO Ogoni, NA NIGÉRIA**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2022

MILENA SANTOS SANTIAGO

**TRANSNACIONALIZAÇÃO DE LUTAS CONTRA-HEGEMÔNICAS NAS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS: O CASO DO MOVIMENTO ZAPATISTAS,
NO MÉXICO, E DO MOVIMENTO PELA SOBREVIVÊNCIA
DO POVO OGONI, NA NIGÉRIA**

Monografia apresentada como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Campus dos Malês.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Tacilla da Costa e Sá Siqueira Santos.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2022

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

S226t

Santiago, Milena Santos.

Transnacionalização de lutas contra-hegemônicas nas Relações Internacionais : o caso do movimento Zapatistas, no México, e do movimento pela sobrevivência do povo Ogoni, na Nigéria / Milena Santos Santiago. - 2022.

57 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2022.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Tacilla da Costa e Sá Siqueira Santos.

1. Movimentos antiimperialistas. 2. México - Política e governo. 3. Nigéria - Política e governo. 4. Relações internacionais - Sociologia. I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 322.44

MILENA SANTOS SANTIAGO

**TRANSNACIONALIZAÇÃO DE LUTAS CONTRA-HEGEMÔNICAS NAS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS: O CASO DO MOVIMENTO ZAPATISTAS,
NO MÉXICO, E DO MOVIMENTO PELA SOBREVIVÊNCIA
DO POVO OGONI, NA NIGÉRIA**

Monografia apresentada como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Campus dos Malês.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Tacilla da Costa e Sá Siqueira Santos (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof.^a Dr.^a Isabella Alves Lamas

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof.^a Dr.^a Joyce Amâncio de Aquino Alves

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

AGRADECIMENTOS

Agradeço àqueles que atravessaram comigo o caminho desta pesquisa e que de alguma forma me auxiliaram a chegar no âmago do aqui e agora. À minha família, a qual constrói a base para que eu conheça o mundo e faça meu caminho. Aos meus pais, Lili e Alexandre, e meu irmão, Caetano, por me orientarem e apoiarem sempre. Aos meus avós, Abílio e Maria (*in memoriam*), por vibrarem tanto, desde o começo dessa trajetória, por esse momento de verdadeira vitória. Aos amigos, colegas e professores pelas trocas e aprendizados. Em especial, à minha orientadora, Tacilla, pelo exemplo de humanidade e de potencialidade do seu ser mulher em constante luta. Pensar em Tacilla é lembrar que está tudo bem se tivermos dúvidas, questões ou contestações, desde que não deixemos de acreditar que um outro mundo sempre é possível. As minhas raízes me renovaram até aqui em boas esperanças. Tive o bom merecimento de ser fortalecida e encorajada por pessoas queridas a mim que acreditaram e abraçaram meu processo de formação.

Todos somos marineros
que saben bien navegar.
Todos somos capitanes,
capitanes de la mar.
Todos somos capitanes
y la diferencia está
sólo en el barco en que vamos
sobre las aguas del mar.

Marinero, marinero,
marinero capitán,
que llevas un barco humilde
sobre las aguas del mar.
Marinero capitán,
no te asuste naufragar
que el tesoro que buscamos,
capitán,
no está en el cerro del puerto
sino en el fondo del mar.

Poemas en dos tiempos en La Jornada (1994)

RESUMO

Quais as aproximações e/ou distanciamentos entre os Movimento Zapatista, no México, e o Movimento pela Sobrevivência do Povo Ogoni, na Nigéria, incorporados pelas chamadas lutas antiglobalização e altermundistas? Esta monografia propõe uma abordagem teórico-metodológica baseada nos constructos epistemológicos da Globalização e da Sociologia das Relações Internacionais para compreender como se configura a transnacionalização de contestações contra-hegemônicas em uma lógica de agências no cenário internacional, cada vez mais, multilateral e interdependente. Estes dois movimentos em questão trazem elementos materiais e simbólicos próprios na busca constante por afirmação identitária, autonomia, igualdade, liberdade, democracia e justiça à nível global, apresentando possibilidades de mundos alternativos em meio a uma (des)ordem multidimensional, historicamente, violenta, coberta por ideais do colonialismo, da modernidade e do neoliberalismo.

Palavras-chave: Movimentos antiimperialistas. México - Política e governo. Nigéria - Política e governo. Relações internacionais - Sociologia.

ABSTRACT

What are the approximations and/or distancements between the Zapatista Movement, in Mexico, and the Movement for the Survival of the Ogoni People, in Nigeria, incorporated by the so-called anti-globalization and altermundist struggles? This monograph proposes a theoretical-methodological approach based on the epistemological constructs of Globalization and the Sociology of International Relations to understand how the transnationalization of counter-hegemonic contestations is configured in a logic of agencies in the increasingly multilateral and interdependent international arena. These two movements in question bring their own material and symbolic elements in the constant search for identity affirmation, autonomy, equality, freedom, democracy and justice at the global level, presenting possibilities of alternative worlds amidst a multidimensional, historically violent (dis)order covered by ideals of colonialism, modernity and neoliberalism.

Keywords: Anti-imperialist movements. International relations - Sociology. Mexico - Politics and government. Nigeria - Politics and government.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	PROBLEMATIZAÇÃO	10
1.2	CONTEXTUALIZAÇÃO	11
1.3	JUSTIFICATIVA	13
1.4	ALICERCES METODOLÓGICOS	14
1.5	ESTRUTURA DO TRABALHO	15
2	MOVIMENTOS SOCIAIS COMO ATORES LEGÍTIMOS DA POLÍTICA INTERNACIONAL	17
2.1	SOCIEDADE CIVIL E PARTICIPAÇÃO	17
2.2	O DEBATE TEÓRICO DA SOCIOLOGIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	20
3	GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL	22
3.1	GLOBALIZAÇÃO, HEGEMONIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	22
3.2	MOVIMENTOS ANTI-GLOBALIZAÇÃO E ALTER-MUNDIALISTAS	26
4	MOVIMENTO ZAPATISTA E MOVIMENTO PELA SOBREVIVÊNCIA DO POVO OGONI	30
4.1	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL ZAPATISTA	30
4.2	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL DO MOVIMENTO PELA SOBREVIVÊNCIA DO POVO OGONI	37
4.3	TRANSNACIONALIZAÇÃO DE NARRATIVAS CONTRA-HEGEMÔNICAS: APROXIMAÇÕES E/OU DISTANCIAMENTOS ENTRE O MOVIMENTO ZAPATISTA E O MOVIMENTO PELA SOBREVIVÊNCIA DO POVO OGONI	42
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
	Referências	49
	Anexos	54

1 INTRODUÇÃO

Se trata de una nueva respuesta social que, creo, es la que ha inquietado más a nivel internacional, más que el aparato de las armas o la poesía de los comunicados: es la idea de que sí, que es posible algo nuevo y que es bueno intentarlo. No tenemos nada que perder. (GELMAN, 1996, P. 8)

Esta monografia, vinculada ao curso de Relações Internacionais do Instituto de Letras e Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, busca apresentar os frutos procedentes do processo de construção e desenvolvimento da presente pesquisa, a qual se intitula “Transnacionalização de lutas contra-hegemônicas nas relações internacionais: o caso do movimento Zapatista, no México, e do movimento pela sobrevivência do povo Ogoni, na Nigéria”.

Assim, pretende-se revelar os percursos trilhados e os resultados alcançados ao longo do tempo, assegurados pelo objetivo geral de *compreender aproximações e/ou distanciamentos entre o movimento Zapatista e o movimento pela sobrevivência do povo Ogoni, incorporados pelas chamadas lutas antiglobalização e altermundistas*. Por conseguinte, os objetivos específicos são: *Identificar a relevância da sociedade civil e da participação na política internacional; Situar os movimentos anti-globalização e altermundistas em um contexto neoliberal hegemônico; Especificar experiências e contestações políticas das lutas Zapatista e do povo Ogoni no âmbito de contestações contra-hegemônicas; Avaliar aproximações e distanciamentos entre o movimento Zapatista e o movimento pela sobrevivência do povo Ogoni*.

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO

Quais são as aproximações e/ou distanciamentos entre os Movimento Zapatista e o Movimento pela Sobrevivência do Povo Ogoni, incorporados pelas chamadas lutas antiglobalização e altermundistas? A partir desta pergunta, a pesquisa busca a compreensão, fundamentalmente, dos distintos contextos em torno da noção de movimentos contra-hegemônicos, relevados e impulsionados pela integralização de realidades, sobretudo, econômicas, políticas e sociais provenientes de um sistema globalizado. Logo, a proposta, aqui, surge pelo reconhecimento da emergência de narrativas subalternas do Sul Global nas relações internacionais diante do modelo neoliberal de desenvolvimento.

Para tal, é preciso levar em consideração o surgimento dos “novos movimentos expressivos, simbólicos, identitários” (ALONSO, 2009, P. 67) e, por conseguinte, uma

crescente ampliação de conceitos, teorias e agências que inferem diretamente no exercício tradicional de poder e de tomadas de decisões. Apoiando-se na compreensão de Bringel e Muñoz (2010, P. 31), as novas formas de participação sociopolítica induzem transformações em que “o Estado assiste a uma diminuição de seus poderes e os setores sociais, cada vez mais desprotegidos, encontram maior dificuldade em localizar uma entidade reconhecível a quem responsabilizar dos novos problemas cidadãos”.

Nesta perspectiva, salienta-se que a diversidade e capacidade de atores no desempenho de uma função no campo social contribuem, significativamente, para a constituição do elemento democrático na sociedade, cada vez mais, transnacionalizada e marcada por reivindicações que se unem para pressionar a nível global, incentivadas por militarismos políticos e ideológicos relacionados com as demandas da justiça global (MUÑOZ, 2008).

Bringel e Muñoz (2010, P. 30) assentam ainda, pois, que muitos são os desafios na interpretação do perfil e das identidades do militante de um movimento global como o movimento antiglobalização. Diante dessa heterogeneidade, a sistematização se dá por inúmeras variáveis, como o eixo ideológico direita/esquerda; o grau de institucionalização; o posicionamento perante o Estado; e as diferentes localizações e manifestações geográficas.

De todo modo, as contestações cosmopolitas fazem com que a irradiação do pensamento único, então, passe a dar abertura para outras múltiplas (re)existências alternativas ao passo que descortina diferentes formas de expropriação de espaços e justificativas de pobreza no mundo. A busca por um outro patamar de justiça global instiga uma participação em prol de uma cidadania em comum, regida pela indivisibilidade dos direitos humanos.

Por estes e outros motivos expostos, parte-se da hipótese de que o Movimento Zapatista e o Movimento pela Sobrevivência do Povo Ogoni surgem como respostas contra-hegemônicas aos efeitos negativos dos processos de globalizações neoliberais, compartilhando de problemas transfronteiriços semelhantes gerados pelo capitalismo.

1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO

Com a perspectiva trazida por Stuenkel (2018), a ascensão do Ocidente marca uma atuação plausivelmente importante na concepção e expansão da ordem global, na alvorada das eras modernas e na divisão do mundo entre centro e periferia. Através do alinhamento com ideias liberais, difundiu-se o poder de ditar um espaço normativo universal ao restante do mundo. A dinâmica internacional é resultado de uma interação complexa entre culturas e

civilizações de diferentes lugares, no entanto, o ocidentocentrismo ganhou forças e adquiriu a dominância contemporânea, principalmente, pelo seu sucesso militar e econômico.

A década de 1990, com significativas mudanças na política internacional, dentre elas, por um lado, a revisão do princípio de soberania nacional e, por outro, crescentes lutas contra privilégios, autoridades e uma certa visão religiosa, fazem questionar pressupostos democráticos e os “direitos dos homens”, alargando continuamente em novos atores e demandas. O surgimento e expansão de problemas comuns na humanidade delinea zonas de exclusões globalizadas, mas, também, formam novas consciências em revolução no sentido de (re)construir um sistema de regras compartilhado para o estabelecimento de coexistências mais harmônicas entre os povos (VESENTINI, 2021).

De acordo com Tarrow e Della Porta (2005), o foco e as estruturas de poder mudam conforme os processos de transnacionalização, trazendo novas noções como a de “governança multinível”, “política mundial” e “sociedade civil global” e evidenciam temáticas crescentes de justiça, paz e guerra no âmbito global, por exemplo. A ação coletiva transnacional, para os autores, se constitui, assim, como forma de desobediência civil que reagem aos novos alvos, quadros e combinações, podendo acontecer por meio da difusão, conectando diferentes atores através da transferência de práticas ou estruturas de ação; pela "domesticalização", entendido pela eclosão em territórios domésticos de conflitos e/ou pela externalização, que compreende uma atuação supranacional, firmando coalizões com outras organizações ou associações. Neste sentido, “increasing interaction facilitates the growth of common identity, and therefore reduces national particularism” (TARROW; DELLA PORTA, 2005, P. 10).

O dogma da globalização e do pensamento único, para Cáprio (2011 P. 2), suscitam e dinamizam atividades em rede, reavaliando o papel dos atores e das ações transfronteiriças. Trazem aos movimentos contra-hegemônicos desafios relativistas a uma ordem paralela, com interesses e acessos diferenciados no jogo político, econômico e social. O Movimento Zapatista e o Movimento pela Sobrevivência do Povo Ogoni situam-se, baseado em Texeira (2015, P. 2), “no campo do heterogêneo, que em sua clara diversidade apresenta também uma complexa rede de forças em luta contra as mais variadas facetas do processo de globalização capitalista neoliberal”, referindo os descontentamentos, de maneira geral, a uma dominação política que fomenta uma certa destruição socioambiental.

Partindo do viés multidimensional, na percepção de Cáprio (2011, P. 3) sobre a globalização, há um ponto que interessa elucidar a este tópico contextual que é a questão do significado de território, princípio estruturante e discriminante na comunidade política. A territorialidade carrega consigo uma carga de sentidos e valores culturais e é através desta que

se constitui a organização de uma nação, de um povo. O que se percebe, quando esta ideia se alinha a proposta de estudo dos Movimento Zapatista e do Movimento pela Sobrevivência do Povo Ogoni, é, justamente, que o território está em crise. A terra se configura como um dos pilares indispensáveis para a sobrevivência humana, mas vemos essa, e muitas outras, ideia relativizada quando se trata de terras para os povos indígenas. A marginalização se mundializa e por detrás dela se instala uma série de mecanismos de regulação e legitimação de tal violência, contribuindo para formação de um consciente coletivo que ignora, na maioria das vezes, a emergência de lutas minoritárias.

1.3 JUSTIFICATIVA

As Relações Internacionais, enquanto disciplina, nasce no início do século XX, a princípio, para atender as demandas de estudos direcionados ao período das grandes guerras mundiais. Essencialmente, caracteriza-se pelo eurocentrismo e se constitui por meio de lógicas, sobretudo, da colonialidade, da modernidade e do racismo científico, estabelecendo hierarquias que atravessam e justificam o poder, por exemplo, através da organização do Estado, da “civilização” e/ou da produção de conhecimentos/ideias (CONFERÊNCIA RELAÇÕES INTERNACIONAIS, COLONIALISMO E COLONIALIDADE, 2001).

De forma atípica, o projeto de formação acadêmica, que se baseia em valores interculturais, de cidadania, democracia, solidariedade e superação das desigualdades sociais, mobiliza, nesta pesquisa, o ânimo e a possibilidade de compreender e discutir realidades políticas que se transnacionalizam em um elo histórico como traço colonial e se difunde na violação e degradação dos direitos básicos à vida que ferem diversas formas de liberdade, igualdade e justiça previstas na Declaração dos Direitos Humanos¹. Viabiliza, assim, a abertura para reivindicar condições subalternas e pensar em concertações políticas, econômicas e sociais, mesmo considerando a complexidade das dinâmicas e interações internacionalizadas.

No sentido de denotar as fronteiras perversas presentes na maior parte das realidades do Sul Global, acredita-se que a proposta de um estudo contra-hegemônico pode potencializar contestações desta (des)ordem tal como se apresenta, a qual sujeita corpos e territórios racializados a uma “dialética de morte”. Dada a intrínseca relação entre conhecimento e poder, é por vias de oposição e intervenção que, aqui, pretende-se quebrar com a validade e reprodução

¹ Disponível em: https://www.ohchr.org/sites/default/files/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf. Acesso em: 22 jul. 2022.

de narrativas de poder, desigualdades e violências que até hoje fomentam as várias fórmulas e formas de depreciação do ser e estar, sobretudo, negro e indígena.

Portanto, a tentativa é de contribuir para uma carência das produções acadêmicas na disciplina, ou mesmo estimular uma revalorização dos estudos geopolíticos, revendo a problemática interdisciplinar e identificando um campo de estudos sob diversos e diferentes prismas (VESENTINI, 2001). Além disso, auxilia a “repensar suas categorias e conceitos mais tradicionais, os quais estavam associados àquelas perspectivas paradigmáticas que giravam em torno de uma representação específica de ator social internacional: o Estado” (CÁPRIO, 2011, P. 2), o que reforça a proposta de um diálogo mais abrangente a evolução do âmbito internacional pela multidentalidade e multidimensionalidade das relações.

1.4 ALICERCES METODOLÓGICOS

O cerne desta monografia refere-se ao estudo do Movimento Zapatista, originado no México, e do Movimento pela Sobrevivência do Povo Ogoni, na Nigéria, e se propõe a compreender as aproximações e distanciamentos entre eles, incorporados pelas chamadas lutas antiglobalização e altermundistas. Isto posto, a pesquisa se fundamenta nos procedimentos da pesquisa qualitativa, centrada no caráter exploratório que “caracteriza-se por tentar adoptar o método compreensivo e comparativo na análise da sociedade internacional” (SOUSA, 2005, P. 179), utilizando como “lentes” o arcabouço epistemológico da Globalização e a abordagem teórica da Sociologia das Relações Internacionais, particularmente, em defesa da sociedade civil enquanto ator das relações internacionais.

O estudo relacional de ações dos movimentos explorados revela uma redefinição da ordem global, tendo em vista, principalmente, que “o Estado não é mais o campo de poder estruturante e dominante da vida social” (TARGA, 2017, P. 76) e que, a partir disso, há mudanças nas dinâmicas e nas formas de interpretar o internacional, impulsionando reconstruções no campo político, de poder e das atuações em jogo, sobretudo, dos movimentos contra-hegemônicos.

Para o alcance desta pesquisa, utilizou-se de um conjunto de pressupostos metodológico, teórico e conceitual ligados a um chamado “interpretacionismo” às experiências humanas complexas, dinâmicas e interativas, ou seja, refletindo a construção de sentidos entre os indivíduos e seus meios, dentro de uma contextualização histórico-social específica de lugares, povos, comportamentos, contestações e outras atividades no sistema internacional globalizado. Por sua vez, o aporte qualitativo traz uma série de características que possibilitam

acessar e enfatizar a subjetividade pela valorização do olhar do objeto-participante de maneira processual e flexível (OLIVEIRA, 2008, P. 14).

Por natureza, o estudo trata também de um caráter descritivo-analítico. Aqui, pretendeu-se descrever e/ou caracterizar os movimentos em questão, ao mesmo passo de identificar como eles se aproximam e/ou se distanciam entre si. Assim, fez-se o levantamento de fontes primárias e secundárias tanto bibliográficas, como documentais. Utilizou-se de documentos institucionais, declarações, cartas, discursos, entrevistas, produções artísticas (audiovisuais, poesias, muralismo), bem como de diversas interpretações de artigos, dissertações e teses sobre o Movimento Zapatista e o Movimento pela Sobrevivência do Povo Ogoni em diversas perspectivas de constituição e desenvolvimento no espaço-tempo.

De todo modo, nas entrelinhas destes ativismos transnacionais, o olhar desta pesquisa enfatiza a hierarquização das relações que fazem com que, de acordo com Targa (2017), os processos de exclusão sejam intrínsecos a sociedade internacional, podendo ser explicado “pelas mudanças de padrões de formas culturais e simbólicas de dominação e de competição por poder e prestígio” entre Estados, grupos e indivíduos (TARGA, 2017, P. 71). Embutida na necessidade e importância de pesquisas que tratem, cada vez mais, da desconstrução de visões tradicionais das relações internacionais, visa-se contribuir para o campo teórico-metodológico e para futuras outras produções.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

Esta monografia está estruturada da seguinte maneira: o primeiro capítulo apresenta, inicialmente, a noção de sociedade civil e participação, revelando forças coletivas sociais que acontecem de forma contextual e temporalizada e fazem parte do processo de desconstrução de uma visão estadocêntrica, consistindo na diversificação e ampliação de agendas, atores, influências e ações no jogo político. Há também a abordagem teórica tida como a melhor alternativa para analisar as questões transnacionalizadas da sociedade inseridas em um sistema de renovação multicêntrica. Sob a ótica da Sociologia das Relações Internacionais, é possível compreender os novos problemas, comportamentos, interações e as ligações de forma mais integrada, agregando a disciplina perspectivas outras que fazem parte do universo de cada contexto retratado.

O segundo capítulo é fundado para entender os processos de globalização, hegemonia e relações internacionais, trazendo para a discussão experiências de internacionalismos complexos, de como eles influenciam a sociedade de forma multidimensional e de como

movem os descontentamentos anti/alter globalização. Aqui, traça-se também a trajetória constitutiva de movimentos desta natureza de resistência.

O terceiro capítulo, especificamente, trata da contextualização histórico-social do Movimento Zapatista e do Movimento pela Sobrevivência do Povo Ogoni, trazendo elementos de lutas de cada povo e lugar. Como desfecho deste, propõe-se fazer a análise de quais aproximações e distanciamentos estes dois atores trazem entre si, englobados pela denominação de movimentos globais contra-hegemônicos.

Ao final desta pesquisa, espera-se demonstrar e enriquecer um pensamento “decolonial”, revelando como Zapatismo e as questões do povo Ogoni abrem caminhos para pensar outros mundos alternativos possíveis, integrando realidades e transformações coletivas neste sistema-mundo configurado por ideais de uma modernidade que jamais existiu.

2 MOVIMENTOS SOCIAIS COMO ATORES LEGÍTIMOS DA POLÍTICA INTERNACIONAL

2.1 SOCIEDADE CIVIL E PARTICIPAÇÃO

Nós vamos exigir nossos direitos pacificamente, de forma não violenta, e nós venceremos! (Documentário “*Ken Saro-Wiwa, Presente!*”, 2017)

Ao longo do tempo, o conceito de sociedade civil foi rearticulado por inúmeros teóricos políticos, adquirindo diferentes significados na teoria e na prática. De acordo com Losekann e Ballestrin (2013), o conceito de sociedade civil é heterogêneo e deve ser questionado pelo fato de ser constituído por diversos fatores, contingências e contextos específicos, levando em consideração elementos como a cultura, os padrões de conduta moral, ética e solidária, a personalidade e identidade.

As contradições sociais e, conseqüentemente, o surgimento das relações de conflitos que ferem toda uma diversidade existente através da política do lugar, instiga interações por interesses e valores em comum. Assim, a ideia de sociedade e participação vem sendo guiada por diferentes nuances, causas, pessoas, conhecimentos, entre outros fatores combinados de atividades que movem a sociedade. Isso decorre devido ao processo de (re)democratização que politiza as relações sociais e estimula a construção da identidade coletiva. Como bem salienta Santos (2013):

A emergência participativa dos atores diversos, em especial, da chamada “sociedade civil organizada” se deu não somente no contexto interno dos países, no âmbito da construção – e, também, controle e contestação – de políticas públicas domésticas, mas marcou, ainda, a arena internacional, que teve que se abrir a outros atores que não apenas os Estados e as suas instituições. (SANTOS; 2013, P. 153)

Segundo Milani (2008, P. 555), “os anos 1990 corresponderam à institucionalização da consulta da população em geral, de associações, dos sindicatos, dos *experts* e de segmentos empresariais no processo de formulação de projetos de desenvolvimento e de políticas públicas”, provocada, na maioria dos casos, por crises de governança e governabilidade por parte do Estado-providência sob a égide da democracia minimalista e de estratégias econômicas. A participação social, dessa forma, se torna fundamental para não só rever as relações entre governo e sociedade, mas também para contribuir com novas soluções no processo de formulação e gestão de políticas públicas de acordo com as necessidades e ressignificações locais.

Compreendendo a realidade por meio de um modelo de divisão tripartite, segundo Scherer-Warren (2006, p. 110), nota-se que o Estado e o mercado são “orientados pela racionalidade do poder, da regulação e da economia” e, se distingue da sociedade civil pelo fato que:

Embora configure um campo composto por forças sociais heterogêneas, representando a multiplicidade e diversidade de segmentos sociais que compõem a sociedade, está preferencialmente relacionada à esfera da defesa da cidadania e suas respectivas formas de organização em torno de interesses públicos e valores, incluindo-se o de gratuidade/altruísmo. (SCHERER-WARREN, 2006, P. 110)

Porém, mesmo com a separação desses setores, a autora complementa que “a sociedade nunca será isenta de relações e conflitos de poder, de disputas por hegemonia e de representações sociais e políticas diversificadas e antagônicas” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 110), bem como um relacionamento contínuo para com o Estado.

Na contraposição Sociedade civil-Estado, entende-se por Sociedade civil a esfera das relações entre indivíduos, entre grupos, entre classes sociais, que se desenvolvem à margem das relações de poder que caracterizam as instituições estatais. Em outras palavras, Sociedade civil é representada como o terreno dos conflitos econômicos, ideológicos, sociais e religiosos que o Estado tem a seu cargo resolver, intervindo como mediador ou suprimindo-os; como a base da qual partem as solicitações às quais o sistema político está chamado a responder; como o campo das várias formas de mobilização, de associação e de organização das forças sociais que impelem à conquista do poder político. (BOBBIO, 1998, P. 1110)

No entanto, surge um paradoxo na identificação política mais ampla da participação cidadã e dos sujeitos coletivos na forma de atuação “com e através do Estado para a formulação e a implementação de políticas públicas ou como um agente de pressão autônoma da sociedade civil” (SCHERER-WARREN, 2006, P. 114). Pensar, então, no processo de articulação multi-identitária de contestação e transformação do *status quo*, exige não só a definição de uma identidade, mas também de uma classe, legado, adversário e projeto, tendo em vista especificidades que estarão diretamente ligados aos desafios de valores conservadores ou progressistas e apoios democráticos em relação a discriminação e exclusão social.

Bringel e Echart (2008) asseveram que:

Nem todos os movimentos sociais promovem a democracia ou contribuem para a democratização, mas há uma tendência contemporânea para que muitos deles incorporem uma dimensão renovada de luta democrática, que se expressa em diferentes paisagens materiais e simbólicas, contribuindo para a reinvenção das práticas e teorias democráticas. (BRINGEL; ECHART, 2008, P. 458)

Alonso (2009), referente as teorias dos movimentos sociais, revê submissões e adaptações na presença e na ausência das revoluções civis, trazendo à tona um debate desde uma constituição, à princípio, ocidentalizada até a contemporaneidade sem, necessariamente, uma demarcação de base social. Os pilares psicossociais amparados em emoções e/ou frustrações coletivas movem reações e fazem ecoar descontentamentos e motivos para mobilização em regimes de caráter mais totalitários. Logo, a solidariedade se torna fluída e se configura, por um lado, diante de conflitos entre partes e, por outro, de oportunidades políticas favoráveis, ocupando posições entre desafiantes e detentores do poder na suplantação de barreiras.

À vista da renovação paradigmática histórico-cultural dos movimentos e dos problemas, percebe-se que as atitudes de oposição, de pressão social e de disputa política são orientadas, cada vez mais, por uma grande diversidade de atores e por questões identitárias multidimensionais, com ênfase economicista. Contemporaneamente, cultura e globalização são considerados dois conceitos de relevância para discutir os movimentos sociais, seguido pelo de violência. (ALONSO, 2009)

Não obstante, à luz das emergências de se produzir a partir, sobre e para o Sul Global, “repensar a carga ocidental universalizante do conceito, desde a perspectiva teórica do pós-colonialismo” pode contribuir para a desconstrução da pós-modernidade neoliberal hegemônica que fomenta a geopolítica do conhecimento conduzida por um projeto violento de civilização e um processo de hierarquização gradual da sociedade (LOSEKANN; BALLESTRIN, 2013, P. 184).

Na concepção de Alexander (2006), pontua-se que:

Sociologicamente, a ideia de sociedade civil se refere à ideia de um discurso liberal – que é ao mesmo tempo crítico e tolerante – e a instituições – desde meios de comunicação em massa factuais e ficcionais ao voto e à lei – que permitem que coletividades sejam guiadas pela comunicação simbólica entre cidadãos independentes e racionais, os quais se sentem ligados por laços de solidariedade e de obrigações mútuas. (ALEXANDER, 2006, P. 1)

Uma razão para explicar o surgimento dos atores sociais no cenário internacional é a necessidade, por parte da cidadania, de dar uma resposta prática ao distanciamento dos centros de tomada de decisões dos lugares habituais de participação cidadã. Trata-se de uma questão que leva muitos autores a teorizar sobre novas democracias (cosmopolitas, globais, transnacionais e assim por diante), frente aos renovados marcos de ação política dos movimentos sociais (BRINGEL; ECHART, 2008).

2.2 O DEBATE TEÓRICO DA SOCIOLOGIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Hombres que son capaces de volar bajo el suelo,
 Para quienes no hay ámbitos ni grandes ni imposibles,
 Con la mirada tensa, prorrumpen en el vuelo
 Gladiadores, temibles.
 Miguel Hernández

O entendimento das dinâmicas de ação a partir do Movimento Zapatista e do Movimento Pela Sobrevivência do Povo Ogoni foi instrumentalizado pela perspectiva teórica da Sociologia das Relações Internacionais por considerar importantes avanços que acompanham o cenário internacional em suas evoluções. Para Targa (2017, P. 67), o reconhecimento da ação social implica em disputas e no exercício da dominação simbólica no campo político e de poder em que demonstram hierarquias e desigualdade sistêmicas que sustentam uma estrutura social conflituosa.

A visão tradicional das Relações Internacionais, por muito tempo, privilegiou o lugar do Estado soberano enquanto ator central, com o monopólio das regras ditadas, das violências legitimadas, das tomadas de decisões política e, de certa forma, da socialização internacional.

Isso, entretanto, vem, constantemente, mudando com os processos de complexificação das relações no cenário global provocados pelo “boom” dos meios de comunicação, mas, também assumidos por alguns outros pressupostos básicos, como elenca Sousa (2005):

A crescente interdependência da sociedade internacional contemporânea; a impossibilidade de separar os assuntos internacionais dos assuntos nacionais (álinkage politics); a necessidade de classificar os vários tipos e formas de relações sociais internacionais e, conseqüentemente, analisar de forma compreensiva os complexos factores estáticos e dinâmicos que operam na actual sociedade internacional, designadamente os factores ideacionais como a cultura, a identidade, as ideias e as normas. (SOUSA, 2005, P. 179)

Paralelamente, Targa (2017) argumenta que:

A legitimidade do Estado se constrói a partir de tomadas de opinião. O Estado não tem a necessidade de dar ordens, ou de exercer coerção física para produzir um mundo social ordenado, basta manter a produção de estruturas cognitivas incorporadas que estejam em concordância com estruturas objetivas que produzam a submissão à ordem estabelecida. (TARGA, 2017, P. 75).

O assentamento na premissa de equilíbrio de poder provocada pela contestação contra-hegemônica, faz (re)modular interações estratégicas diante de constrangimentos e dinâmicas da sociedade (DEVIN, 2002). A identificação destes novos agentes conduz ao elemento da opinião

pública um conjunto de forças, grupos e de medidas, levando a três questionamentos, conforme, Cáprio (2011, P. 4): "prerrogativa dos Estados nacionais, qualidade da democracia no mundo ocidental, criação de um espaço público mundial e democrático que inclua atores não estatais".

A presente concepção teórico-metodológica está para a análise da sociedade internacional, a interpretação de seus fatos, relacionamentos, comportamentos e ligações entre o ambiente interno e externo, apropriando-se da interdisciplinaridade do campo de estudo, superando limitações paradigmáticas e reconhecendo outros atores e fatores tão mais importantes quanto e para além do Estado-nação (SOUSA, 2005) na compreensão e análise das relações internacionais.

Cáprio (2011, P. 3) mostra que as redes transnacionais têm aumentado na cena internacional e se caracterizam pela horizontalidade das relações. "Podem-se citar os circuitos financeiros, trocas comerciais, difusores de imagens, as migrações de pessoas, as solidariedades religiosas, culturais ou linguísticas. A emergência de tais redes está sendo associada à sucumbência do princípio territorial". A escolha e adequação desta teoria, então, têm potencial de superar os paradigmas clássicos das Relações Internacionais, recompondo saberes de forma descentralizada em relação a ação estatal-soberana e revendo conceitos outros como o de poder, governança e atividades associativas.

Com a inserção de novos atores, "se pensarmos no quanto a questão da agenda é pautada pela pressão provinda da articulação destes atores, é certo que os aportes teóricos da disciplina de relações internacionais necessitam de subsídios que deem conta desta nova realidade. Este é o caso da sociologia das relações internacionais" (CÁPPIO, 2011, P. 2). O olhar sociológico, afinal, permite um diálogo ainda pouco explorado na disciplina, reconstruindo um quadro conceitual, "reivindicando o monopólio de interpretação sobre o internacional" (TARGA, 2017, P. 81) e refletindo práticas simbólicas e próprias de cada contexto.

3 GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL

3.1 GLOBALIZAÇÃO, HEGEMONIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Teresa disse que quando Deus criou os Maias, chamou-os de "Povo do Milho", o povo real. Depois, quando as outras pessoas vieram em outras partes do mundo, colocou os Maias debaixo de suas botas. Mas, os Maias disseram: "!YA BASTA!", chega! Se elevaram à superfície e aguardaram o momento de subir, como o milho. (Documentário "*Um lugar chamado Chiapas*", 1997)

O entendimento da complexidade social fomentada pelas relações internacionais na atualidade requer um estudo atento e crítico de contextos que compõem uma série de fenômenos sociais, parafraseando Camargo (2013), resultantes dos processos de expansão do capitalismo, da imbricação entre as escalas local e global, do aprofundamento da globalização e, como foco da presente pesquisa, da emergência de movimentos da sociedade civil, considerando, ainda, uma abrangência significativa de modo interativo e/ou sistêmico. O que se percebe é o envolvimento de toda uma estrutura, cujas partes se alimentam mutuamente, transversalizando interesses, valores, demandas e âmbitos locais, nacionais, regionais e/ou globais.

Partindo-se da noção dos diferentes aspectos da(s) globalização(ões), registra-se o que Therborn (2001) considera enquanto um conceito multidimensional e histórico que aponta tendências, dimensões, conexões e/ou encadeamentos mundiais, impactos e fenômenos sociais, fazendo derivar e instalar desigualdades de diversas formas, níveis e naturezas e em diferentes grupos sociais. As marcas, sobretudo, da exploração, hierarquia, exclusão e segmentação, ainda revelam e distinguem os estados e poderes fortes e fracos em meio a fluxos globais que atendem, perversamente, as demandas do comércio e do capital. Levando-se em conta expressões plurais de processos e dentre efeitos e intensidades tanto contextuais quanto temporais, pode-se considerar a respeito da(s) globalização(ões):

Processos globais de estruturação social, como a divisão do trabalho, a alocação de direitos, a distribuição de riqueza e renda. Ela também poderá incluir a padronização de riscos e oportunidades de acordo com a passagem do tempo, processos de assimilação cultural, de formação de identidades, de definições e distribuição de conhecimento, de constituição de valores e de instituição de normas, de construção e recepção de formas simbólicas. Em terceiro lugar, a globalização poderá envolver ação social, seja em alcance de sentido único ou de interação, de ação individual dispersa ou coletiva, de harmonia ou de conflito. (THERBORN, 2001, P. 127).

Conforme Milani (2007), os processos de globalização tratam, eminentemente, de disputas em torno de valores coletivos e preferências individuais que versam modelos de

desenvolvimento com orientação ideológica de mercado competitivo enquanto projeto de domínio econômico, político, social, cultural, ideológico e intelectual das relações entre os indivíduos e a natureza, e em detrimento de processos democráticos e das políticas sociais.

Entretanto, há ainda a incorporação das relações de poder e dos conflitos, uma vez que redireciona a dimensão econômica global e impacta diretamente no sistema-mundo pelas organizações, movimentos e posicionamentos dos atores e seus interesses, reproduzindo desigualdades por gerar uma estrutura de oportunidades e capacidades com acessos privilegiados. À vista disso, "a escala transnacional corresponde, assim, a um *continuum* territorial do local ao global que redefine a identidade, a estratégia e os recursos das organizações-em-rede", além de fazer questionar a soberania, autoridade do Estado e a própria noção de território (MILANI, 2007, P. 12).

Segundo Milton Santos (2000, P. 12), “a globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista” e, nesse ínterim, nota-se a construção de um consentimento global que condiciona e legitima interesses e ações hegemônicas à esta lógica, expressados, cada vez mais, pela mais-valia e por um elo espaço-temporal interconectados que impactam diretamente nas capacidades de movimentações e tomadas de decisões dos atores políticos em jogo. Salienta-se que:

O capitalismo concorrencial buscou a unificação do planeta, mas apenas obteve uma unificação relativa, aprofundada sob o capitalismo monopolista graças aos progressos técnicos alcançados nos últimos dois séculos e possibilitando uma transição para a situação atual de neoliberalismo. Agora se pode, de alguma forma, falar numa vontade de unificação absoluta alicerçada na tirania do dinheiro e da informação produzindo em toda parte situações nas quais tudo, isto é, coisas, homens, idéias, comportamentos, relações, lugares, é atingido. (SANTOS, 2000, P. 26)

Isto posto, Bobbio (1998, P. 581) complementa que “quando a sociedade apresenta uma “estrutura maciça” como ocorre no Ocidente industrial e mobilizado pelo capitalismo, o papel da ação hegemônica torna-se crucial, não só na gestão como até mesmo na conquista e construção do Estado”. A hegemonia trata de um conceito marcado, ao longo do tempo, por um conjunto de comportamentos imputados ao social-imperialismo, como forma de poder, no *continuum* influência-domínio, com potencial de intimidação, coerção, agressão e preeminência de eficácia militar, econômica, cultural e moral.

A Hegemonia de uma classe ou fração sobre as demais que compõem o bloco do poder dominante faz com que cada uma renuncie aos seus interesses imediatos, interesses econômico-corporativos, em benefício do comum interesse político pela exploração e domínio das classes subalternas. A Hegemonia atua como princípio de unificação dos grupos dominantes e, ao mesmo tempo, como princípio de disfarce do domínio de

classe. Simetricamente, no bloco revolucionário entendido como unidade contraditória entre classes dominadas, a Hegemonia indica a transformação política, para além de todo particularismo e corporativismo, do interesse da classe operária em interesse geral de todos os explorados. (BOBBIO; 1998, P. 581)

Neste sentido, Santos (2012, P.111) afirma que “a globalização não se entende sem se conhecerem as forças de poder que a movem. Existe, assim, uma globalização hegemônica, que é movida pelo capitalismo global e pelas indústrias culturais de que ele se apropriou”. Desse modo, o que se percebe é que há uma (re)configuração do exercício de dominação, antes pelo colonialismo e imperialismo, agora pela versão da globalização neoliberal. Bobbio, por sua vez, afirma que “por outros termos, no Ocidente, a Hegemonia não é apenas uma modalidade necessária do exercício do poder para a classe dominante, é também um pré-requisito estratégico para qualquer classe revolucionária” (BOBBIO, 1998, P. 580).

Devido a todo este processo, em seus fluxos e refluxos há a produção, na atualidade, de uma certa compressão do espaço-tempo em todas as direções de maneira mais presente e inteligível, se tornando uma armadilha que se expande, cada vez mais, a áreas geográficas, incorporando mais gente e sujeitando à lei de mercado e à lei de valor à medida que crescem as demandas de atividades, produtos e serviços. A presentificação do passado, marcado pela forte expansão europeia e pelo nascimento do capitalismo, traz e faz perdurar consequências importantes para toda uma estrutura de assimetrias de poder e conhecimento. A partir dos problemas e das complexidades do próprio colonialismo é possível perceber a constituição, em uma espécie de continuidade entre o colonial e o pós-colonial, de uma globalização que versa, sobretudo, sobre conflitos e exclusões. (SANTOS, 2003).

Gilberto Sarfati (2005) fundamenta, assim, que a globalização consiste em uma força estrutural que molda o sistema internacional, forjando desafios práticos nas Relações Internacionais. Entretanto, o seu entendimento enquanto fenômeno político, econômico e social está atrelado às características multifacetadas, multidimensionais e intermitentes no amplo processo internacional em que ao mesmo tempo que acelera as aproximações, conduz às fragmentações entre os Estados. Isso acontece por meio de um intenso movimento de ampliação e diversificação dos atores em jogo – tendência multicêntrica – que interfere diretamente nas noções de poder estatal, soberania nacional e territorialidade.

Paradoxalmente, bem como a globalização hegemônica trata de um movimento econômico, político e cultural, defendendo uma concepção economicista das relações humanas e do bem público, a globalização contra-hegemônica também pode ser definida como um outro movimento de ideias e ações políticas e econômicas que vai de encontro com estes postulados,

contestando, questionando e mobilizando os mecanismos sociais, políticos e de solidariedade com base nos processos de democratização das tomadas de decisões em sociedade. De acordo com Milani (2007, P. 10):

A globalização descreveria três dimensões da dinâmica dos sistemas mundiais contemporâneos: transferência (intensificação das trocas), transformação (mudanças nos sistemas e nas identidades de suas unidades constitutivas) e transcendência (diluição das fronteiras de inclusão ou exclusão). (MILANI, 2007, P. 10).

Destarte, nota-se um aprofundamento da interdependência e redes globais, cada vez mais densas e complexas, o que não significa a universalização, ou seja, não pressupõe a homogeneidade, nem a equidade. Na verdade, as visões pessimistas sobre a globalização enfatizam-na como um processo que induz a miséria dos países, fomentados pela geração de dependências extranacionais, desigualdades e destruições, o que, por sua vez, logicamente, dá espaço à manifestação dos descontentes, como muito se marcou na década de 1990 no cenário internacional. (SARFATI, 2005).

Todavia, os transnacionalismos e organizações em rede evidenciam a necessidade de transformação desse mundo hierarquicamente conectado e segmentado por categorias muito bem definidas. Tudo isso, faz emergir uma espécie de re-contextualização da política contemporânea pelos ativismos, na qual, “o nítido recorte moderno entre política doméstica e política exterior, alta e baixa política (*high politics* e *low politics*), *hard power* e *soft power*, entre outras dicotomias clássicas no estudo das relações internacionais, tende a relativizar-se e ser desconstruído” (MILANI, 2007, P. 12).

De certa forma, a organização por uma globalização alternativa ou contra-hegemônica transcorre ao Estado-nação tendo em vista um horizonte propositivo que faz questionar modelos de interações na modernidade, apoiando-se na visão de Santos (2003):

Uma luta através de ações emancipatórias, que são aquilo que venho a designar como globalização contra-hegemônica, [...] é uma luta que tem que ser transversal aos diferentes grupos e interesses, uma vez que as formas de opressão são várias, mas todas elas se conjugam numa forma de subordinação que, mesmo tendo várias faces, cria as mesmas formas de exclusão simultaneamente. Por outro lado, estas articulações têm hoje um sentido local e global. As próprias "mass media" colocam esses grupos na globalização mas, mais do que isso, eles muitas vezes são produto, e suas ações são produto de articulações locais-globais. Esses grupos desenvolveram ao longo do tempo alianças, redes, fluxos que são acionadas em qualquer momento e mostram a sua relativa eficácia (por enquanto não muita, mas de qualquer maneira, uma relativa eficácia) (SANTOS, 2003, P. 9).

Paralelamente, parafraseando Santos (2000):

A mudança histórica em perspectiva provirá de um movimento de baixo para cima, tendo como atores principais os países subdesenvolvidos e não os países ricos; os deserdados e os pobres e não os opulentos e outras classes obesas; o indivíduo liberado participe das novas massas e não o homem acorrentado; o pensamento livre e não o discurso único. (SANTOS, 2000, P. 8)

Com base no destaque que Santos (2000) dá a existência de pelo menos três mundos num só, regidos pela globalização – a globalização como fábula, a globalização como perversidade e uma outra globalização – faz-se atentar para a construção de “esquizofrenias” dadas pela fragmentação profunda e confusa do sistema-mundo. Com isso, os movimentos anti-globalização e alter-mundialistas potencializam lutas por ideais de justiça social a nível global, fortalecidos na crença de “outro mundo possível” através de aspectos mais fluídos, amplos, difusos, abrangentes, permeáveis e que se (re)articulam em alternativas mais inclusivas aos subalternizados.

3.2 MOVIMENTOS ANTI-GLOBALIZAÇÃO E ALTER-MUNDIALISTAS

Negar as pessoas o direito à autodeterminação por mais de cem anos, é submetê-la à escravidão. Tirar os recursos de um povo, e se recusar a dar a eles qualquer coisa em retorno, é submetê-lo à escravidão. Tirar a terra de um povo, que depende exclusivamente da terra para sua sobrevivência, e se recusar a pagar a eles indenização, é submetê-lo ao genocídio (Documentário “*Ken Saro-Wiwa, Presente!*”, 2017)

Em meio a um contexto de trocas profundas incitado pelo processo de globalização, Muñoz (2008, P. 25) enfatiza a crescente interdependência condizente das relações “que afecta a las reglas del juego, los actores, sus pautas de comportamiento, sus relaciones de poder, sus formas de organización, y que parece hacer necesaria una revisión de los conceptos más clásicos que sirven para definir la realidad internacional”, evidenciando, assim, uma maior necessidade de cooperações e solidariedades frente aos problemas globais e as agências, cada vez mais, supranacionais. Neste sentido, os movimentos sociais se tornam uma nova força de contestação, debate e transformação relacionados ao combate dessa centralização de tomadas de poder e decisões que refletem o espaço de lutas contra a globalização neoliberal, contribuindo para a ampliação do exercício da democracia e participação.

Santos (2013) considera que “com os processos de globalização, os entendimentos acerca da sociedade civil vêm se complexificando ainda mais, a partir das discussões e teorizações em torno da existência de uma sociedade civil global”, dessa forma, “o local não desaparece, mas há uma nova compreensão da noção de espaço, que é visto mais pelo viés social do que pelo territorial” (SANTOS, 2013, P. 158). Isso favoreceu a (re)configuração do

sistema político e a capacidade de governança a nível global, viabilizando uma reforma do Estado e da sua administração não somente por passar a compartilhar responsabilidades sociais com diversos novos agentes políticos governamentais e não-governamentais, mas pela necessidade de estimular esta participação.

Para Milani (2007), os denominados movimentos sociais transnacionais e redes de ativismo político, expressados como um novo sujeito social, compostos por certas multiplicidades complexas des-territorializadas e libertos de soberania:

Desenvolvem ideários de contestação em torno da crítica, resistência, denúncia, ação direta e ativismo militante, mas sobretudo buscam identificar as convergências possíveis entre as diversas redes, lutas e organizações heterogêneas que constituem o FSM. As bandeiras políticas e culturais de transformação social que tais movimentos propõem situam-se também no nível dos símbolos e das mentalidades, movendo-se de um mundo sem alternativas (na conhecida equação *There is no alternative*, de Margareth Thatcher) ao slogan do “outro mundo possível”. (MILANI, 2007, P. 3).

As contestações contra-hegemônicas ligam redes e movimentos sociais diversos, que "pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas" (SCHERER-WARREN, 2006, P. 113). As articulações associativas localizadas ou setorizadas de diferentes naturezas, movidas pela busca de interesses e valores de cidadania cosmopolitas pelo que Muñoz (2008) denomina de "identidade compartilhada", colocam em questão uma pluralidade de dimensões como a de gênero, étnico-racial, de classe ou de valores como de igualdade, liberdade, paz, sustentabilidade social e ambiental, do ecologicamente correto, respeito às diversidades e às diferenças culturais, entre outros (SCHERER-WARREN, 2006, P. 115).

O movimento antiglobalização, em termos analíticos sustentados por Bringel e Muñoz (2010), surge ainda no final dos anos de 1980 e em seu decorrer apresenta expressões cíclicas e subcíclicas, desenvolvendo-se com o tempo, ampliando e agregando mais pessoas, organizações, agendas, demandas, intensidades de conflitos, meios de comunicação, visibilidade e até mesmos formas de participação. Dessa maneira, os protestos de Seattle² e o nascimento deste movimento “supuseram uma importante mudança, tanto na sociedade internacional como nas formas de mobilização política” (BRINGEL; MUÑOZ, 2010, P. 29).

² O final do ano de 1999, as ruas do centro de Seattle, em Washington nos Estados Unidos, trouxe os descontentamentos de diversos ativistas, grupos, associações e organizações não-governamentais contra a “nova ordem mundial” da rodada do milênio discutida na cúpula da Organização Mundial do Comércio (OMC). Simbolicamente, com as milhares de pessoas ocupando as ruas marca o estopim de movimentos antiglobalização.

Este dinamismo revela também novos paradigmas, contornos e deslocamentos materiais e simbólicos induzido por este espaço aberto e híbrido. Ainda de acordo com Bringel e Muñoz (2010), é possível notar que este não é um processo homogêneo assim como não o são os seus atores.

Isso nos permite encontrar tendências diferenciadas entre o Norte e o Sul: enquanto, no primeiro, a maioria dos protestos globais enfrenta as consequências econômicas e laborais da crise (a luta contra a precariedade, com o exemplo paradigmático da Grécia desde o assassinato pela polícia do jovem ativista Alexandros Grigoropoulos, em dezembro de 2008), no segundo, busca-se assegurar a sobrevivência mais básica frente à forte subida dos preços dos alimentos na África, Ásia e alguns países da América Latina, o que converte a reivindicação da soberania alimentar em uma demanda aglutinadora, uma vez que nela também se inclui a luta por um novo modelo de produção, de defesa dos recursos naturais e também a autossuficiência e resgate de saberes do campo mercantilizado pelo neoliberalismo. (BRINGEL; MUÑOZ, 2010, P. 34).

Por mais que tenha havido desafios e desgastes progressivos na incidência das agendas políticas por parte dos movimentos antiglobalização ao ponto de entrar em crise como ator internacional, é possível ainda observar a identificação de uma reapropriação discursiva em diversos dos seus legados diluídos em redes com conexão “glocal”³ e em um amplo repertório da ação coletiva transnacional. O que acontece é que o movimento não está mais sendo sustentado por aquelas características básicas do seu início, houve um desmantelamento difuso tanto dos protestos quanto das propostas. (BRINGEL; MUÑOZ, 2010).

O altermundismo, em sua essência, trata de utopias, da imaginação de novas alternativas políticas, possibilidades humanas, e esperanças esclarecidas diante da realidade capitalista neoliberal globalizada. Quando se trata de experiências e epistemologias do Sul movidas pela crença de um novo mundo possível, se invoca elementos fundamentais e subjetivos indispensáveis para superar o projeto de sociedade capitalista. Em termos de ação, pode-se citar o Fórum Social Mundial, por exemplo, que articula inúmeros movimentos em encontros periódicos para discutir agendas e ações contra as desigualdades sociais. O complexo modernidade-colonialismo-racismo compreende relações de poder e dominação, incute crises globais e oprime povos e histórias determinadas (TEXEIRA, 2015).

Ambos os movimentos aqui em estudo, neste contexto, surgem em seus respectivos países e/ou continentes como uma das principais organizações pioneiras a este tipo de natureza contestatória. O movimento Zapatista aprimora lutas, conflitos, dilemas e manifestações

³ Denominação dada pelos autores, Bringel e Muñoz (2010), para imbricações locais e globais nas mais variadas dimensões.

peculiares dos movimentos populares, sobretudo, trazendo reflexões e reafirmação das principais reflexões e desafios dos povos originários latino americanos (MENDONÇA, 2013). Já as intervenções do Movimento pela Sobrevivência do povo Ogoni marcam conflitos entre as comunidades locais nigerianas compartilhando entraves dos direitos humanos e ambientais relativos à expropriação estrangeira de petróleo e os seus impactos.

4 MOVIMENTO ZAPATISTA E MOVIMENTO PELA SOBREVIVÊNCIA DO POVO OGONI

4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL ZAPATISTA

Tenho um irmão morto. Quem não tem um irmão morto? Eu tenho. Foi morto por uma bala na cabeça na madrugada do dia 1 de janeiro de 1994. Muito cedo essa bala saiu. Muito cedo a morte beijou a sua frente. Ria bastante. Agora já não ri. Eu não posso tê-lo em meu bolso, mas guardei a bala que o matou. Outra noite perguntei de onde a bala veio. Ela respondeu: "De uma arma. De uma arma de um soldado do governo, do poderoso que serve a outro poderoso em todo mundo". A bala que matou meu irmão não tem pátria. Tão pouco tem pátria a luta que se tem que fazer para guardar irmãos, e não balas, nos bolsos. Por isso, os Zapatistas têm vários bolsos em seus uniformes... Não para guardar balas, mas, sim, para guardar irmãos. A única maneira de sermos ouvidos aqui é matar ou ser morto. Se nos perguntarem o que vai acontecer nesse país no futuro, não temos uma ideia de merda. Perdão por dizer "ideia". Estamos prontos para ir à guerra ou para passar à paz. Nas montanhas do sudeste mexicano a morte é algo rotineiro, é algo comum como chover ou fazer sol e a convivência com a morte dos seus, de seus familiares, especialmente os menores. Paradoxalmente, a morte se despe do seu caráter trágico e se torna em algo corriqueiro. Perde a sua sacralidade. Passa-se a vê-la como alguém com quem se senta a mesa... Como um velho conhecido. Não se trata de perder o medo da morte, mas de se familiarizar com ela. Ela te coloca de igual para igual. De como a morte está tão imediata, tão próxima, tão possível... Ela é menos aterradora para nós do que para outros e, por isso, a possibilidade de sair, lutar, encontrar a morte não é tão terrível quanto parece para nós. Mas veja, o que nos surpreende e nos maravilha é a vida. A esperança de viver melhor. De sair para lutar e morrer e encontrar com quem não está morto, mas vivo. E sem intenção, sem querer você percebe que anda pela linha entre a vida e a morte. Você anda pelo limiar de uma fronteira entre elas. (Documentário "Um lugar chamado Chiapas", 1997)

Chiapas, Estado localizado ao sudeste do México, é onde surge o Movimento Zapatista. Conforme os dados de 2020 fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística e Geografia (INEGI)⁴, o território corresponde a 73.311.000 km², representando 3,7% do território nacional mexicano, com habitação de cerca de 5.543,828 pessoas distribuídas nos 124 municípios pertencentes, sendo 28,17% desta população falante de alguma(s) língua(s) indígena(s) e 27,21% falante somente de língua(s) indígena(s), não sabendo falar, ler ou escrever a língua oficial nacional – castelhano. Com forte descendência Maia, as línguas indígenas⁵ mais frequentes são *Tzeltal* com 38,5% e *Tsotsil* com 36,5% e o nível médio de escolaridade, entre 15 anos ou mais, é de 7,8 anos de estudo.

⁴ Disponível em: <https://www.inegi.org.mx/app/areasgeograficas/?ag=07#collapse-Resumen>. Acesso em: 01 jul. 2022.

⁵ Com uma grande variedade de línguas indígenas, registra-se também falantes de Náhuatl, Maya, Leguas mixtecas, Leguas zapotecas, Otomí, Totonaca, Mazateco, Chol (Ch'ol), Huasteco, Mazahua, Leguas chinantecas, Mixe, Purépecha, Tlapaneco, Tarahumara, Zoque, Tojolabal, Chatino, entre outras.

Como argumenta Darling (2020), a relação fundamental com a terra é e sempre foi uma condição de existência aos povos originários e, em especial, aos Zapatistas representa uma luta histórica. Dentre diversas demandas e pautas, esta é uma das principais questões que move as suas reivindicações aos direitos básicos de vida. Morel (2019) argumenta que:

Abordar a defesa da terra é abordar amplos aspectos para os promotores zapatistas. Quando tratam de defesa da terra, tratam de alimentação, história, linguagem, povo, memória, deuses... Por isso, ser obrigado a abandonar uma terra não é algo simples. A terra também significa autonomia, pois a terra pode dar respiro, liberdade, a possibilidade de ter seu próprio tempo. Tendo-se raiz em uma terra, ninguém de fora pode decidir o quanto se deve trabalhar nela. (MOREL, 2019, P. 7)

Como bem salienta Marques (2014, P. 29), a questão fronteiriça chiapaneca, desde a colonização espanhola, foi marcada por “projetos neoliberais dos governos federal e estatal, com interesses voltados à desapropriação territorial e combate aos processos de resistência em Chiapas”, contribuindo para um certo descaso dos centros políticos.

Historicamente marginalizados pelos três níveis de governo, os zapatistas demonstram que as comunidades indígenas podem ser muito mais eficientes que o poder oficial para organizar suas comunidades e sua vida cotidiana, segundo suas necessidades e preceitos. Mostram-se ainda capazes de construir suas próprias formas de fazer política e produzir conhecimento, mesmo com as frequentes perseguições sofridas e há séculos submetidos a diversas formas de poder colonial (MARQUES, 2014, P. 50).

Para se compreender as organizações e articulações chiapaneca, tem-se, primeiro, que entender a estrutura de poder do Estado. O sistema de *finca*, por exemplo, representou uma chave importante por ser considerada “a centralização do poder religioso, político e privado”, em seu mais abusado uso (DARLING, 2020, P. 3). Reitera-se que:

Las políticas que acompañaron la consolidación de las relaciones sociales de la finca produjeron en México la eliminación de las formas comunales de uso y propiedad de la tierra, ya que su subsistencia resultaba inútil a los fines del incipiente modelo primario exportador. (DARLING, 2020, P. 3).

Para Morel (2019, P. 8), a *finca* foi “a principal engrenagem das relações de produção”, baseada na dívida dos indígenas e camponeses para com os latifundiários. Chiapas, até então, seguia os interesses agrocapiatalistas dos grandes proprietários, estabelecendo a “escravidão por dívida”. Mesmo com uma reviravolta deste modelo, impulsionada pela Revolução Mexicana (1910), os resquícios dos problemas estruturados nesta época perduraram até o levante de 1994, tornando a institucionalização de distribuição de terras uma das principais pautas de luta.

Em 1º de janeiro do ano de 1994, o Exército Zapatista de Libertação Nacional – EZLN (1983), em sua primeira Declaração da Selva de Lacandona (1994) explana o seguinte:

Somos producto de 500 años de luchas: primero contra la esclavitud, en la guerra de Independencia contra España encabezada por los insurgentes, después por evitar ser absorbidos por el expansionismo norteamericano, luego por promulgar nuestra Constitución y expulsar al Imperio Francés de nuestro suelo, después la dictadura porfirista nos negó la aplicación justa de leyes de Reforma y el pueblo se rebeló formando sus propios líderes, surgieron Villa y Zapata, hombres pobres como nosotros a los que se nos ha negado la preparación más elemental para así poder utilizarnos como carne de cañón y saquear las riquezas de nuestra patria sin importarles que estemos muriendo de hambre y enfermedades curables, sin importarles que no tengamos nada, absolutamente nada, ni un techo digno, ni tierra, ni trabajo, ni salud, ni alimentación, ni educación, sin tener derecho a elegir libre y democráticamente a nuestras autoridades, sin independencia de los extranjeros, sin paz ni justicia para nosotros y nuestros hijos. Pero nosotros HOY DECIMOS ¡BASTA!” (Primeira Declaração da Selva de Lacandona, 1994).

A constituição e organização do movimento Zapatista origina-se, assim, diante deste contexto e a partir do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN⁶), inspirado na luta contra as desigualdades sociais e ao regime autocrático mexicano iniciada por Emiliano Zapata (1879-1919)⁷ em meio aos entraves da Revolução Mexicana. Este movimento ganhou maior visibilidade global a partir do levante ocorrido no ano de 1994, o qual, em contraposição ao Tratado Norte-Americano de Livre Comércio – NAFTA (1994), foi marcado por “tentativas (e frustrações) de negociações com o governo nacional mexicano e constantes ameaças de forças oficiais e paramilitares, acompanhadas por amplas mobilizações da sociedade civil e resistência cotidiana da autonomia das comunidades indígenas rebeldes” (MARQUES, 2014, P. 19).

Este acordo representou medidas neoliberais tratando de trocas comerciais entre os Estados Unidos, Canadá e México, com a crença e intuito deste último de se inserir no “primeiro mundo”. Fundamentalmente, por um lado, implicou ao México, grande produtor de milho, a exportação de matérias-primas com baixo valor agregado e o retorno do produto final com alto valor de consumo e baixa acessibilidade, fazendo com que se agravasse a situação de pobreza para a maior parte da população, sobretudo, riscos à base de alimentação campesina indígena, a paralisação da distribuição de terras aos camponeses e a exploração agrícola. Como bem reforça Mendonça (2013):

⁶ Parafraseando o Subcomandante Insurgente Marcos, no documentário “Um Lugar Chamdo Chiapas”, “este é um movimento de insurreição. Nossa organização chama-se Exército Zapatista de Libertação Nacional. Os líderes são sua maioria indígenas”.

⁷ Símbolo de liderança da mobilização popular de trabalhadores sem terra contra a ditadura e um dos principais impulsionadores da derrubada do governo presidido à época por Porfirio Díaz, com vigência de poder prolongada desde o ano de 1884 a 1911. Zapata foi traído e assassinado a mando governamental, mas deixou o legado da luta pela terra, liberdade e justiça, inspirado e continuado pelo EZLN.

O livre comércio entre os EUA, Canadá e México complementariam e conduziriam a economia deste último a um grau de especialização produtiva cujos efeitos sociais foram nefastos para o conjunto da população mexicana após a crise financeira capitalista de 2008. Efeitos estes que ainda perduram e se reproduzem hoje em dia. Essa crise encontrou os pequenos produtores agrícolas desarticulados, desprovidos de seus meios de sobrevivência e sem poderem oferecer resistência à desarticulação social decorrente da evolução e dos ditames do mercado, em especial frente à concorrência norte-americana. A conseqüente migração rural, a urbanização desordenada e a dependência das exportações mexicanas em relação ao mercado norte americano não só foram antevistas pelo Sub-comandante Marcos na liderança do movimento neo-zapatista, como também os próprios princípios de produção e reprodução capitalista foram comprovadamente inadequados às necessidades de desenvolvimento social do povo mexicano. (MENDONÇA, 2013, P. 47).

Sob a égide do avanço das relações capitalistas, as implicações sociais trazidas pela abertura econômica sob princípios neoliberais, desenvolveu um processo de mercantilização dos serviços básicos, alterando, até mesmo, pontos precisos da constituição do país⁸. Aqui, percebe-se “os mecanismos de exclusão imbricados nessa produção” (AMORIM, 2017, P. 62), usando de diferentes recursos de legitimação para assegurar tal projeto com conseqüências que tanto representam as realidades latino-americanas. À vista disso, a inserção mexicana na economia mundial se desenvolveu, historicamente, de forma subordinada e estruturada pelos padrões de instabilidades da supremacia política em demasiadas dependências e assimetrias.

Diante deste contexto, construiu-se uma trajetória complexa na relação entre os zapatistas e o Estado em torno de tensões que remetem, essencialmente, a luta pela terra e pela consolidação de uma autonomia indígena. A experiência zapatista possibilitou revelar vias alternativas de (re)existências paralelas aos principais conceitos políticos liberais promovidos pela modernidade ocidental, ressignificando através de:

Um processo de organização das comunidades e de instituições autônomas, com base nos três princípios de democracia, justiça e liberdade, culminando na criação dos chamados “Caracóis”, ou seja, as sedes das administrações dos municípios autônomos zapatistas e ponto de encontro com a sociedade civil (MARQUES, 2014, P.19).

Os “Caracóis”, segundo Marques (2014), referem-se ao assalto de sedes, iniciados durante o levante de 1994, perpassando, a princípio, por sete municípios, a saber: Altamirano, Chanal, Huixtán, Oxchuc, Las Margaritas, Ocosingo e San Cristóbal de las Casas. Com o passar do tempo e das experiências, os zapatistas lograram a retomada de grande parte de Chiapas, em sua maioria, propriedades privadas de produtores de gado. Neste sentido, de acordo com Morel (2019, P. 12) “além das retomadas, foram feitos bloqueios e barricadas nas estradas e tomadas

⁸ Um destes pontos foi “o Artigo 27 da constituição e a promulgação da Lei Agrária, ambas em 1922, tinha como objetivo o fim da divisão de terras no México, estipulando o fim da ampliação dos ejidos” – forma jurídica de posse territorial. (MOREL, 2019, P. 10)

de presidências municipais, o que gerou uma atmosfera de revolta que se alastrou por toda Chiapas” (MOREL, 2019, P. 12). A Sexta Declaração da Selva Lacandon (2005)⁹ frisa, justamente, a consolidação do autogoverno pelo descompromisso dos Acordos de San Andrés (1996) por parte do governo mexicano, construindo de instituições autônomas de grande importância para as comunidades, resolvendo o problema de ingerência e dependência de governos municipal, regional ou federal¹⁰.

Hoje, pode-se citar uma estrutura feita e atendida pelas próprias comunidades e distribuídas em zonas de atuação, com sistema de saúde, rede de educação e uma estrutura de justiça de alta complexidade. Marques (2014, P. 47) salienta que “as comunidades zapatistas não são unidades territoriais ou sociais fechadas, mas definidas pelo pertencimento voluntário a redes que se regem por suas próprias leis e práticas de autogestão”. Dessa forma, muitos dos seus serviços estão abertos a não-zapatistas.

Em entrevista com Gelman (1996) para a revista Chiapas, o Subcomandante Insurgente Marcos¹¹, a respeito de uma proposta mais alternativa em busca da conquista de um espaço democrático de confronto e consenso, esclarece que:

No se trata de derrocar un gobierno y poner otro, acabar con un sistema social y poner otro sin que la gente pueda opinar sobre ese sistema social. Decimos nosotros que, en lugar de derrocar o destruir un sistema, o derrocar o destruir un gobierno y poner otro, lo que necesitamos es abrir un espacio de lucha política donde la ciudadanía, o la mayoría de la gente, pueda tener participación política y opinar y decidir qué sistema social, qué sistema político, qué gobierno es el que quiere. Nosotros decimos que no importa tanto quién está en el gobierno, sino cuál es la relación de ese gobierno con los gobernados. Nosotros pensamos que ésa es una solución más estable y que goza de una mayor riqueza histórica que el golpe de estado. (GELMAN, 1996, P. 7)

Exemplo desta abertura no espaço de luta, participação e decisão cidadã pode ser observada no documentário “Um lugar chamado Chiapas” (1997), sob a direção de Nettie Wild, no qual, ao longo das negociações com o governo, os zapatistas insistiam em consultar as comunidades remotas, acontecendo em línguas diferentes para atender a todos e, conseqüentemente, prolongando em semanas o desfecho do processo decisório, mas também

⁹ Disponível em: [Sexta Declaración de la Selva Lacandona « Enlace Zapatista \(ezln.org.mx\)](https://ezln.org.mx). Acesso em: 19 jun. 2022

¹⁰ O processo de criação de estruturas de um governo autônomo com características singulares da comunidade zapatista, de forma coletiva, estabeleceu-se sete princípios, com bem lembra Darling (2020, P. 2): "servir y no servirse; representar y no suplantar; construir y no destruir; obedecer y no mandar; proponer y no imponer; convencer y no vencer; y, bajar y no subir". Esses e outros saberes e práticas na constituição do movimento geraram confluências e políticas que potencializaram o agrupamento entre as comunidades indígenas da região e suas demandas.

¹¹ Um dos principais porta-vozes do comando militar do EZLN.

demonstrando, como definiu o Subcomandante Marcos, a verdadeira velocidade da democracia. Darling (2020) vê este quesito com uma temporalidade própria já que:

La tradición indica que los ancianos son los primeros que deben ser escuchados. Aunque muchas veces sus relatos no mantengan la secuencia lógica que los jóvenes esperan, la temporalidad que reivindican jerarquiza la toma de conciencia sobre la decisión a tomar. Las narrativas tradicionales asumen aquí una importante tarea. (DARLING, 2020, P. 8).

Outro ponto que interessa a esta questão, trazido por Darling (2020), é a intersubjetividade do diálogo que, quando realizado entre iguais, o entendimento pode expressar respeito entre ambos. Mas a realidade prática pode se mostrar bem diferente, como destaca um dos zapatistas presentes no documentário (1997), ao afirmar que: "muitas coisas não entendemos, porque eles [pessoal do governo] usam palavras elaboradas. Mas nós respondemos em Espanhol e entendemos alguma coisa. Se falamos em Tzotzil, o governo não entende nada. Eles são mais ignorantes que nós".

Cabe salientar que a igreja católica, em meio a luta zapatista, desempenhou um importante papel na libertação das comunidades indígenas como "um ator essencial na resistência cultural e política das comunidades indígenas, além de interlocutor indispensável nos conflitos com o governo" (MARQUES, 2014, P. 33). Na pessoa do bispo Samuel Ruíz García, o movimento encontrou o único que pôde mediar os dois lados das negociações de paz. No documentário (1997), o bispo expressa o seguinte:

Não justifico o que eles fizeram, apenas explico o que aconteceu, porque muitos outros indígenas não pegaram em armas. E a luta por justiça não passa por aí necessariamente. Mas também entendemos que essa guerra não foi para derramar sangue e tomar poder e, sim para serem ouvidos. Quando foram ouvidos as armas silenciaram e agora estão no caminho do diálogo. (Documentário "Um Lugar Chamado Chiapas, 1997)

Para além de uma importância interna, a transnacionalização do legado zapatista possibilitou avivar uma série de movimentos sociais com forte característica contra-hegemônica capaz de desempenhar um papel importante na resistência a globalização. E essa interação se deu por meio de diversas parcerias com a sociedade civil global e com outras organizações internacionais que apoiaram o movimento.

No mais, é possível observar que há uma articulação acurada entre arte e política, como uma "expressão humana libertadora", uma "arte em rebeldia", na construção de subjetividades e no resgate de uma cultura e uma memória coletiva, tanto no presente quanto na projeção do futuro que compõem a luta política e autônoma de sobrevivência. A partir do reconhecimento

do sujeito como parte da própria história e, inerente a isso, do direito de indignar-se pela histórica condição subalterna, a via da afirmação da identidade política e de uma estética zapatista marcam um particularismo que transcende e permite uma identificação comum para além de suas especificidades com outras realidades ao redor do mundo. O uso de diversos meios de comunicação, dessa forma, surge como elementos cruciais para todo o processo de insurreição zapatista, fomentando a visibilidade de uma epistemologia própria dentro e fora de suas fronteiras, um real instrumento de luta, valendo-se de vídeos, documentários, filmes, músicas, rádios, livros, cartas, comunicados, performances, poesias, contos, crônicas, pinturas, entre outros (HILSENBECK FILHO, 2021). Não menos importante, o movimento fez da internet, instrumento e arena de sua luta contestatória.

Importa salientar que o subcomandante Marcos traz às produções artísticas uma importância para além de uma função estética ou simples expressão dos descontentamentos do entorno contextual de resistência, mas também como elementos ricos para o reconhecimento e reafirmação da identidade e a formação do sujeito. O foco na poesia como compromisso e/ou conteúdo social, permitindo o manuseio de linguagens diversas e possíveis de fazer, a descrição da realidade que fazem parte e a autonomia buscada, e a percepção de estar dividido entre as raízes indígenas de um movimento e o elemento urbano (GELMAN, 1996).

Dentre as representações artísticas que marcaram o movimento zapatista, destaca-se o muralismo (algumas imagens em anexo) que se tornou uma das marcas do “ativismo”¹², com elementos e símbolos bastante significativos à mensagem de resistência e à vida em sociedade. Transformam-se em narrativas próprias e libertadoras, carregadas de saberes sobre ser e estar no mundo.

Além de se apropriarem do imaginário indígena, os murais agregam outros significantes à sua narrativa, movimentando mensagens capazes de estabelecer pontos de contato entre os mais diversificados segmentos. Visualidades mesoamericanas, indígenas, revolucionárias e aquelas identificadas com a esquerda latino-americana, em uma singularidade que não deixa de ser plural. (AMORIM, 2017, P. 66)

Assim, a circulação global desses murais, segundo Amorim (2017), usa de uma rede de comunicação, principalmente, pela internet para afirmar sua demarcação frente aos desmandos do Estado Mexicano por meio de imagens, palavras, narrativas, imaginações e intervenções que explicam as contradições entre mundos impostos e alternativos. A construção de sentidos e pertencimentos colabora para uma aproximação solidária lógica, de interesses e perspectivas

¹² Pode-se entender por “ativismo” uma articulação em perspectiva da arte em função da militância ativista, com performance e intervenção urbana, transcendendo diferentes temas/naturezas sobre a vida e o meio.

inovadoras em práticas diversas de resistências, agregando não só as questões indígenas, mas de marginalizações e direitos minoritários.

O legado Zapatista traz epistemologias próprias baseados no ser, estar e pensar deste ponto de vista que ocupa no mundo moderno-ocidental e a busca pela autonomia de seu povo e território é conduzida por enraizamentos pulsantes de suas vidas e histórias. Bem mais que transformar suas realidades, chamam atenção para problemas reais de uma humanidade em crise, e se mobilizam em resistência pela sua transformação.

4.2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL DO MOVIMENTO PELA SOBREVIVÊNCIA DO POVO Ogoni

Eu acuso a maioria étnica de praticar genocídio contra o povo Ogoni. Eu acuso as companhias petrolíferas, que prospectam petróleo em Ogoni, de encorajar o genocídio contra o povo Ogoni. Eu acuso a Shell e a Chevron de praticar racismo contra o povo Ogoni, porque eles fazem em Ogoni o que eles não fazem em outras partes do mundo onde exploram petróleo. (Documentário *“Ken Saro-Wiwa, Presente!”*, 2017)

O Movimento pela Sobrevivência do Povo Ogoni (MOSOP) origina-se na Nigéria, país africano localizado na costa oeste do continente, correspondente a área do Golfo da Guiné e pertencente a região da África Ocidental. Denomina-se como o “gigante da África” por se apresentar como o mais populoso, conforme os dados do Banco Mundial¹³, com cerca de 206, 139, 587 milhões de habitantes no ano de 2020 e com uma média de crescimento anual de 2,5% no mesmo período. A Nigéria constitui-se em uma república federal presidencialista composta por um território e 36 Estados, sendo Abuja sua capital, com uma grande diversidade étnica e linguística. Pragmaticamente, o etnocentrismo marca um dos sérios problemas históricos com influência direta aos riscos e proteções das minorias.

O povo Ogoni, particularmente, é oriundo das planícies costeiras a nordeste da região do Delta do Níger, no sul do país, localizado no estado de Rivers. Situa-se nesta localidade um dos ecossistemas mais importantes do mundo e é lá que se extrai a maior parte do petróleo produzido na Nigéria, contribuindo significativamente para fazê-la ocupar a 15ª posição dos maiores produtores de petróleo no ano de 2021, de acordo com o Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás¹⁴. A notoriedade internacional desta região e, especificamente, deste povo se deu com os protestos massivos relacionados, sobretudo, a extração destes recursos naturais.

¹³ Consulta feita sobre indicadores sociais da Nigéria através da plataforma de dados do Banco Mundial disponível em: <https://data.worldbank.org/country/nigeria?view=chart>. Acesso em 29 jun. 2022

¹⁴ Disponível em: <https://www.ibp.org.br/observatorio-do-setor/snapshots/maiores-produtores-mundiais-de-petroleo-em->

A Nigéria, desde os anos de 1956, com a descoberta das reservas petrolíferas economicamente viáveis, enfrenta desafios políticos, econômicos e socioambientais em função da crença em uma abertura política de progresso, desenvolvimento e de inserção internacional visualizada para o país que só aprofundou em fragilidades. A partir de 1958, se estabeleceram em Ogoni duas grandes empresas multinacionais interessadas, a Royal Dutch Shell, de proveniência britânica, e a Chevron Corporation, norte americana.

A exploração de petróleo na Nigéria só trouxe ainda mais miséria aos nigerianos. Ao longo dos mais de cinquenta anos de exploração, a dependência em relação ao produto só tem aumentado, em negligência a outros setores da economia nigeriana. O abismo social entre ricos e pobres se intensificou e o ambiente natural do Delta do rio Níger está em colapso. Enquanto as multinacionais lucram bilhões de dólares, o povo se sente traído, enganado, pois o que deveria ter sido a salvação da Nigéria foi o que ampliou sua degradação política, econômica, social e ambiental. (PEREIRA, 2008, P. 81).

Conforme Luiz Jorge Mendonça (2013), “o avanço do capital produz não só aumento da exploração, mas também da espoliação da riqueza e cultura dos povos indígenas de modo a não assegurar a reprodução econômica, social e cultural dos mesmos”, implicando em uma lógica e na construção de laços sociais que fomenta “um grau de violência sempre renovado a cada etapa do processo de dominação” (MENDONÇA, 2013, P. 48). Como bem enfatiza Gelbspan e Prioste (2013, P. 39), “o modelo de estratificação social atualmente verificado na Nigéria possui suas origens no antigo período colonial, ao passo que alguns grupos desfrutam de amplo poder político e outros estão extremamente marginalizados”.

O MOSOP, nestas entrelinhas, representa uma conscientização e uma agitação organizada, que, como bem retratado no documentário “Ken Saro-Wiwa presente!” (2020), dirigido por Elisa Dassoler, foi essencial para fazer unir e ecoar vozes e elevar o espírito ao estopim de uma luta como tal se tornou diante da destruição gradual do meio ambiente. Os protestos e suas elaborações, iniciados no ano de 1993, foram capazes de energizar toda a comunidade local e atrair outras etnias do entorno na apelação à comunidade internacional em busca de ajuda e mudanças imediatas. Este processo fomentou não só a indignação pela marginalização dentro da Nigéria, mas também pela não aceitação da falta de oportunidades no meio de tanta riqueza, pelo fortalecimento do orgulho de raízes identitárias e por um maior engajamento da juventude.

A instalação das companhias petrolíferas implicou na derrubada de florestas, na tomada de áreas de pescas, na desestabilização alimentar, da saúde, empregatícia e, até mesmo, de moradia. Toda essa moção, salientada por Bamidele (2012), gerou enfurecimentos, revoltas, violências com formação de milícias e, conseqüentemente, forçou o deslocamento de moradores à procura de lugares com melhores condições de vida e segurança. O modo de vida das pessoas foi afetado sem qualquer tipo de retribuição ou amparo durante anos, gerando um subdesenvolvimento humano, ameaças, e corrupções em ascensão constante, perduradas e refletidas no espaço-tempo. Impactos severos de poluições e escassez na terra, água e atmosfera comprometeram a fertilidade e a subsistência de diversas formas com a negligência de leis e técnicas de proteção constitucional. Conforme a Declaração dos Direitos Ogoni (1991)¹⁵ :

O resultado de tal poluição ambiental descontrolada e degradação são que (i) os Ogoni não podem mais cultivar com sucesso. Uma vez a cesta de alimentos do Delta do Níger oriental, os Ogoni agora compram alimentos (quando podem pagar); (ii) O peixe, uma vez uma fonte comum de proteína, agora é raro. Devido à poluição constante e contínua de nossos córregos e riachos, os peixes só podem ser capturados em águas mais profundas e offshore para as quais os Ogoni não estão equipados. (iii) Toda a vida selvagem está morta. (iv) A ecologia está mudando rapidamente. O manguezal, as raízes aéreas das quais normalmente fornecem um habitat natural e bem-vindo para muitos alimentos marinhos – caranguejos, periwinkles, mudskippers, cockles, mexilhões, camarões e tudo – agora está sendo gradualmente substituído por plams desconhecidos e inúteis. (v) Os riscos à saúde gerados por uma atmosfera carregada de vapor de hidrocarbonetos, monóxido de carbono e dióxido de carbono são inúmeros. (DECLARAÇÃO DOS DIREITOS Ogoni, 1991, P. 4)

Gelbspan (2013, P. 41) complementa que as atividades petrolíferas causaram “poluição por óleo decorrente de derramamentos, explosões, descarregamento de resíduos e vazamento de oleoduto possuem grande potencial para contaminar o ar e destruir a vida selvagem e biodiversidade, bem como danificar terras produtivas e canais de água” (GELBSPAN; PRIOSTE, 2013, P. 41) e, além disso registrou-se que:

Comunidades e casas do povo Ogoni foram completamente destruídas. Muitos foram removidos à força de suas casas e compelidos a buscar refúgio nas florestas e manguezais delta do rio Niger. Aqueles que permaneceram em suas comunidades ou cidades continuaram vulneráveis a ocorrências constantes de assédio, detenções e violência com o fim de removê-los de suas terras destinadas à exploração petrolífera. A pressão foi tão grande que cerca de cem mil integrantes do povo Ogoni foram deslocados, e muitos deles foram forçados a buscar refúgio no país vizinho, Benin. (GELBSPAN; PRIOSTE, 2013, P. 41)

¹⁵ Disponível em: <http://www.mosop.org/2015/10/10/ogoni-bill-of-rights/>. Acesso em 26 jun. 2022.

O que é isso senão racismo? Esta é uma indagação que Lazarus Tamana faz no documentário (2020), denominando esta situação como racismo ambiental. É possível considerar um certo relativismo de punições aos atos de violência que regem o ser e o estar de povos em diferentes lugares do mundo. É inconcebível poluir o Rio Tamisa, na Inglaterra, igual se polui em Ogoni. Há permissividade para essa expansão por ideais lógicos a uma nova onda colonial e liberal que carrega formidáveis fundamentos de produção capitalista. Assim, o abuso dos direitos humanos e as diversas formas de autoritarismo, na verdade, preservam interesses e privilégios “auferindo lucros estratosféricos, à custa de crises políticas nos países em que se instalam, bem como colaborando com a crescente poluição dos oceanos e com o aquecimento do globo terrestre” (PEREIRA, 2008, P. 57). Em relação a este descaso, Bamidele (2012) acredita que:

A maioria dos desafios são consequências da falta de transparência e responsabilidade na governança, deficiências do Estado de direito, graves violações de direitos humanos fundamentais, degradação ambiental, grande incidência de corrupção e demandas por justiça ambiental, socioeconômica e política. (BAMIDELE, 2012, P. 179).

As deficiências e negligências no sistema de responsabilização destas multinacionais por tantas atrocidades à nível internacional segue a lógica, conforme assevera Pereira (2008, P. 56), de que:

Tamanha fonte de energia e riqueza gera também graves problemas políticos, pois é um recurso restrito a alguns países. As nações que detêm as maiores reservas aprenderam a usar o petróleo como uma arma política e econômica para barganhar espaço no cenário internacional. O “ouro negro” já foi motivo de muitas crises e guerras, pois quem detém seu controle pode dar “as cartas do jogo”: controla os preços, produção e áreas de influência política. (PEREIRA, 2008, P. 56).

Jane Trowell, no referido documentário (2020), reflete sobre as mazelas do consumo de combustíveis fósseis

[...] o quão importante é para o mundo se afastar do consumo de combustíveis fósseis pelos direitos humanos e por impactos desproporcionais, por mudanças climáticas, por motivos de saúde, por ser um recurso finito que não deve ser desperdiçado, quando temos fontes renováveis à nossa disposição. (TROWEL, 2020).

Nessa perspectiva, importa ressaltar, o quanto é possível ver episódios como estes se repetindo, geralmente, em comunidade negras e precárias. Bamidele (2012), por sua vez, salienta que para tratar de desafios multidimensionais, como se apresentam, as estratégias

também têm que corresponder a essa característica. A luta do MOSOP em “adquirir autonomia política e econômica para o povo Ogoni, deixando-o no controle dos recursos naturais da Ogoniland e para proteger o meio ambiente de futura degradação” (BAMIDELE, 2012, P. 183) vem custando esforços árduos de sobrevivência básica e digna.

A liderança representativa de Ken Saro-Wiwa (1941-1995) no MOSOP foi e continua sendo de extrema importância para além do reconhecimento da luta do povo Ogoni, mas contra a opressão transfronteiriça no mundo. Escritor e ativista ambiental, Ken Saro-Wiwa conseguiu conectar diferentes gerações na construção de uma memória pertenciva de luta e resistência de seu povo e território cheios de histórias. Em 1995, Saro-Wiwa, juntamente com outros líderes à época, foi preso e executado pelo governo por um processo fraudulento. Este fato gerou indignações a nível global e fortaleceu ainda mais o movimento e a articulação da população local na continuação dos legados levantados.

Ao longo do tempo, o movimento experimentou e explorou diversas formas criativas de usar os espaços de apoio e articulação internacional às reivindicações de seus direitos e justiça (GELBSPAN; PRIOSTE, 2013). No documentário (2020), destaca-se a importância da renovação da luta através do envolvimento da juventude e as várias formas de acessar ao universo do povo Ogoni, em linguagens e narrativas descolonizadas e de alcance efetivo em mobilização. A *Plataform*, por exemplo, representa um grupo de estudantes das artes, política e militâncias que promovem encontros para discutir a democracia, os combustíveis fósseis e a água. Este grupo mostra a inconsistência colonial de empresas como a Shell angariando e restaurando seus espaços em detrimento da destruição de outros.

O enquadramento de luta ambientalista consiste em uma busca de coexistência pacífica, em algum nível, de equilíbrio ecológico, cooperação e progresso nacional, tratando de natureza, pois, deve-se relevar que algumas perdas não se recuperam totalmente, e, sim, se (re)adaptam. Uma questão que pode ser levantada é até que ponto há a disposição de mudanças neste jogo de choques econômicos. No fator do tempo, já existe a ameaça de esgotamento de poços de petróleo e as alternativas incisivas que suscitam de imediato são aquelas economicamente viáveis, sucedidas pelas várias barreiras político-sociais (PEREIRA, 2008). Além disso, quando se coloca em questão os problemas ambientais de um modo geral, e, especialmente, os do povo Ogoni, falamos também de problemas interdependentes globais.

O exercício de descolonização deve ser constante, pois, se não vigiar, o processo contrário – o de (re)colonização – se renova em uma situação neoliberal e se faz presente e conectado no mundo globalizado. As relações de poder, injustiças e desigualdades surgem no que será incluído/acessado ou excluído através de atividades de produção, extração e/ou de

lucro. Por isso, faz-se necessário o empoderamento de pessoas para elevar a uma consciência maior das condições coloniais nas quais estão inseridas. Sobre este ponto, Ken Saro-Wiwa potencializa o MOSOP pelo “objetivo de aumentar a nossa própria consciência como povo Ogoni, de elevar nosso espírito e também de protestar contra a destruição do nosso ambiente e apelar a comunidade internacional a vir nos ajudar e nos salvar” (Documentário “Ken Saro-Wiwa, Presente!”, 2020)

As problemáticas do povo Ogoni passam a ser de todos, na medida em que os danos políticos, econômicos e sociais se disseminam e se vinculam, não somente aos ambientais, mas também a toda a carga que vem junto, particularmente, neste caso, a do racismo estrutural. Vale salientar ainda neste sentido, que, apesar de trazer narrativas e alternativas próprias, a realidade Ogoni converge com muitas outras existentes nas periferias do sistema internacional, mobilizando sociedades diversas em perspectivas de contestação a globalização neoliberal.

4.3 TRANSNACIONALIZAÇÃO DE NARRATIVAS CONTRA-HEGEMÔNICAS: APROXIMAÇÕES E/OU DISTANCIAMENTOS ENTRE O MOVIMENTO ZAPATISTA E O MOVIMENTO PELA SOBREVIVÊNCIA DO POVO OGONI

Dance your anger and your joys. Dance the military guns to silence. Dance oppression and injustice to death. Dance the end of Shell's ecological war of 30 years. Dance my people for we have seen tomorrow. And There is an Ogoni star in the sky. (Documentário “Ken Saro-Wiwa, Presente!”, 2017).

As instalações das desigualdades entre os Estados-nação regidas pela lógica neoliberal hegemônica que fomenta o sistema capitalista revelam diferentes jogos e capacidades de atuações, influências e poderes entre ganhos, perdas, estratégias, interesses, e riscos em constante movimento. Isto compreende um universo de formulações e implantações de (in)seguranças e/ou vulnerabilidades entre os países diante de suas condições, sobretudo, políticas, econômicas e sociais, buscando estabelecer algum grau de autonomia por meio de organizações, linguagens, estruturas e relações próprias.

À vista de um longo período de exploração e do fomento de condições socioeconômicas historicamente subalternizadas aos interesses do grande capital nestes dois contextos de luta, percebe-se que a (re)produção deste sistema se renova e adequa através do tempo, enraizando, cada vez mais, violências e micro-violências nas relações entre os indivíduos e a natureza, expropriando povos e territórios, justificando e perdurando a pobreza no mundo.

O Movimento Zapatista e o MOSOP representam organizações sociais, horizontais, descentralizadas, autônomas, de participações populares e de inquietações de alternativas para a modernidade (AMORIM, 2017). Ambos surgem em territórios que são impactados pela lógica da globalização neoliberal perversa, provenientes de processos complexos de construção e ordenamento do sistema internacional, carregados de ideais discriminatórios que ultrapassam fronteiras e se instalam em espaços que se interseccionam por aspectos histórico-sociais bem definidos, seja pelo acordo comercial do NAFTA em Chiapas, no México, ou pela liberação da exploração do petróleo em Ogoni, na Nigéria.

Sobre o processo de modernização, Latour (2019, P. 166) considera que “jamais deixou de ser algo além da representação oficial de um outro trabalho muito mais íntimo e profundo, que continua hoje numa escala sempre maior”, traduzidas em políticas de um pseudo progresso. Ele reflete da seguinte forma:

A modernização foi impiedosa para os pré-modernos, mas o que dizer sobre a pós-modernização? Ao menos a violência imperialista oferecia um futuro, mas esta fraqueza súbita dos conquistadores é muito pior, já que, além de sempre romper com o passado, ela rompe agora com o futuro. Após ter aguentado as chicotadas da realidade moderna, os povos pobres devem agora aguentar a hiper-realidade pós-moderna. Nada mais tem valor, tudo é reflexo, simulacro, signo flutuante – e esta fraqueza, segundo eles, irá quem sabe salvar-nos da invasão das técnicas, das ciências, das razões. (LATOURE, 2019, P. 165)

Na história das lutas sociais atreladas às problemáticas do desenvolvimento e da democracia, em sua grande maioria, são marcadas pelas noções de corpos e territórios que se tornam chave para o entendimento de um “atraso estrutural” e dívidas históricas que marginalizam, ou mesmo excluem, algumas realidades em detrimento de outras. Na verdade, perspectivando um enfoque relacional entre natureza e cultura, humanos e não humanos, as problemáticas das relações de poder se definem a partir da disposição de dominação e da portabilidade de civilização pelos grandes centros produtores.

Para Morel (2019), a terra é tida como um dos principais impulsionadores do trabalho coletivo e da busca pela autonomia “vinculada a toda uma trama de coordenadas cosmopolitas que constituem a existência desses povos”, tratando de respiro, alimentação, história, memória, temporalidade, linguagem, espiritualidade, povo. Ou seja, temos o “lugar”, entendido não só como um espaço geográfico concreto, mas como espaço político, como manifestação de experiência e sentido” (BRINGEL; MUÑOZ, 2008, P. 459).

Segundo Antonádia Borges (2014, P. 431), “terra é um conceito que se define contextualmente” e para entendê-lo melhor se faz necessário observar os atributos que a

acompanham no decorrer da história e nas diferentes formulações do presente. É certo que cada narrador/intérprete da realidade pontuará compreensões que seu ponto de vista consegue oferecer, mas, irredutivelmente, nota-se que a visão europeia foi e vem sendo drasticamente destruidora.

A questão da territorialidade trata de um produto histórico que compõe a vida social e não pode ser entendida sem estudar os seus processos e significados. O lugar, para casos como os estudados aqui, segue sendo o central para a organização social e construção identitária, assim, lugar e pertencimento se recobrem (GODOI, 2014). Barbosa (2019) acrescenta que mesmo com uma expressão estética genuína há a ultrapassagem de fronteiras pelos legados políticos, reforçando a ideia de:

Uma síntese simbólica dos sentidos de sua luta política e dos princípios que norteiam a mística, ao mesmo tempo ritual de denúncia-afirmação: denúncia da permanência do latifúndio da terra, do latifúndio do saber e do conhecimento, da criminalização dos movimentos populares, da negação-violação dos direitos humanos e políticos. Afirmação da identidade cultural e política com a terra e o modo de vida camponês. (BARBOSA, 2019, P. 42)

Trata-se de uma construção histórica de um consciente coletivo a longo prazo que influencia, até hoje, nos sentidos, conceitos, modo de pensar e agir diante da terra, nos fazendo separá-la, impulsivamente, de meio ambiente, natureza, indivíduos, atendendo a um sistema de privatizações e desigualdades profundas. Localiza-se em variados pontos do aspecto colonial e neocolonial em relação aos usos e explorações dadas à terra e criamos instrumentos que legitimam a expropriação e a condenação de pessoas pela mesma.

As desestabilizações propostas pelas políticas neoliberais violaram direitos vitais e se tornaram antidemocráticas refletidas nas frustrações com a providência estatal que respondeu com uma série de operações/ataques paramilitares ou total desprezo para com as populações zapatista e Ogoni. Decorrentes de um modelo de negligência social, os repertórios e as demandas de cada lugar se encontram no caminho de oportunidades com acesso negado. A reivindicação é, dessa forma, ode a alimentação, moradia, saúde, educação, trabalho, segurança, democracia, liberdade, justiça, paz, independência e cultura. O foco estratégico da ação coletiva destes dois contextos retratados se inclina na indivisibilidade e expansão dos direitos humanos, no maior acesso a recursos e qualidade de vida, na autodeterminação de seus povos. A busca pela autonomia de seus povos e territórios marcam a resistência e o projeto de um mundo alternativo, “gestado no contato e nos conflitos, pressões e contrapressões com os marcos de representação e ação dominantes”. (AMORIM, 2017, P. 65).

Os descontentamentos destas lutas são expressados de forma transnacionalizada por meio de recursos estéticos e criativos, reverberando em redes de solidariedade transnacional. Logo, “visam a tocar o coração diante da crise estrutural do capital, às opressões do patriarcado, à violação de direitos humanos e dos direitos da natureza, ao mesmo tempo que se posicionam como sujeitos produtores de arte e de uma arte política” (BARBOSA, 2019, P. 39). O processo de “estetização da política” e “politização da arte”¹⁶ na perspectiva da sociedade civil organizada global possibilita a criação de linguagens, compreensões, crenças e acessibilidades político-sociais diversas e integrativas capazes de potencializar a luta e o engajamento para transformação social. Para Hilsenbeck (2021) é:

O que nos permite vislumbrar outra brecha possível na superação das fragmentações que constituem hoje os trabalhadores, ou os “de baixo” (como dizem os zapatistas), não apagando as diferenças, mas ressaltando as confluências e potencialidades. Nesse sentido, como demonstra a estética zapatista, a arte pode desenvolver nossas (e novas) sensibilidades que apontem para o sentido contrário às condições atuais de exploração, opressão e embrutecimento que se impõem sobre a vida da grande maioria da população do mundo, restaurando a dimensão coletiva do humano e do popular, exprimindo no campo artístico e estético a utopia possível de novos mundos que podem vir a ser, como fruto das lutas do hoje e do amanhã. (HILSENBECK FILHO, 2021, P. 37)

Estes dois movimentos trazem entre eles histórias distintas e específicas, mas, por diversos fatores já discutidos ao longo do trabalho, ambos fazem inaugurar no âmbito global uma esfera de contestações anti/alter globalização em interconectividade para além de suas fronteiras, revelando tendências incitadas pelo campo de poder global. Eles representam bem os sérios problemas de minorias marginalizadas que ainda têm que superar o sistema-mundo tal como imposto e, em contrapartida, conforme Amorim (2017), a ressignificação de elementos e práticas da modernidade ocidental. A convergência de lutas vem como fruto do fenômeno da colonização fragmentada em violências, reproduzidas e perpetuadas na sutileza lógica e automática de funcionamento dos jogos de poderes que se dão no âmbito local, em sua territorialidade, mas também em perspectiva transnacional.

¹⁶ Noções que compõem estudos, primordialmente, feitos por Walter Benjamin (1892-1940).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

TIEMPO I

Resbalé por la sonrisa de una palabra taladrada.
Ése es mi origen...
Pero, no recuerdo si fui expulsado
O tomé mis cosas y me descolgué
pensando...

TIEMPO II

Fueron palabras las que nos crearon.
Nos formaron, y desplegaron sus hilos para controlarnos.

FINAL SUBVERSIVO

Pero yo sé que algunos hombres se reúnen en cavernas,
y CALLAN...

Los zapatistas no estaremos solos nunca más...
Desde las montañas del sureste mexicano

Subcomandante insurgente Marcos

Ao longo da presente pesquisa, foi possível discutir como a globalização se instala e, a partir dela, como os movimentos de contestações anti/alter globalização surgem. O Movimento Zapatista e o Movimento pela Sobrevivência do Povo Ogoni caracterizam-se pela desobediência civil em busca de ressignificar suas realidades e resistências diante de um cenário de exclusão social sustentada por ideais capitalistas de expropriação de povos e territórios. Conforme Amorim (2017, P. 62), “a condição de pensamento moderno, dito universal, inventou-se, então, à revelia de outras lógicas de existência, tanto espaciais quanto temporais, e da coexistência entre pessoas, objetos, natureza, produção material, subjetivada”.

A modernidade hegemônica remete a um projeto que perpetua uma estrutura de poder, forja a supremacia da palavra escrita e legitima violências em contrato ou constituição, numa linguagem forjada em interesses. A construção de um caminho paralelo, conforme sinaliza Barbosa (2019, P. 38), “impulsiona o acionar político cotidiano desses sujeitos históricos na demanda por direitos, mas também na reafirmação de uma (re)existência com identidade própria, com pensamento próprio.”.

Um conceito que atravessa as lutas e sobrevivências Zapatista e do povo Ogoni é o de acesso a terra. Em um mundo dual entre pobres e ricos, terra é “sinônimo” de poder e quem a possui se afugenta da possibilidade de repartição/distribuição mais igualitária, pois o acolhimento colocaria em risco o projeto de exploração “produtiva”, ou mesmo a continuidade da função social de habitar e produzir mediante fins mercantis capitalistas. Assim, a violência

acontece não só na terra ou no território, mas nos corpos também, com traçados bem definidos que configuram um veículo da opressão.

Consoante Paul Little (2011, P. 11), “cada um dos diferentes tipos de movimento humano [...] cria sua própria história e, portanto, tem uma forma própria de memória coletiva”. A procura por uma nova relocação/reterritorialização no espaço, assim, se torna uma necessidade primordial de reivindicação, resistência e/ou existência. Ainda de acordo com este autor, percebe-se que “essas diferentes formas de territorialização histórica criam lutas divergentes pelo espaço. Muitas vezes elas se superpõem no espaço geográfico e no tempo histórico”. (LITTLE, 2011, P. 15).

O fenômeno da globalização traz essas mudanças de forma significativa para o espaço-tempo e as relações entre os indivíduos e o meio ambiente, criando redes e alterando as dimensões políticas, econômicas, simbólicas e sociais. Conforme ressaltam Santos e Silveira (1996, P. 15), “para compreender a natureza dessas disputas é necessário focalizar as lógicas do Estado e do mercado, já que elas imprimem diferenças no uso e na distribuição dos recursos”. Ressalta-se, portanto, o surgimento, em meio a esta lógica, da ideia de unidade territorial que rejeita a dinâmica da cultura, da natureza e da vida e se limita nos valores do individualismo. Corroboramos assim com Latour (2019, P.182) na compreensão de que “se não mudarmos a casa comum, não seremos capazes de absorver as outras culturas que não mais podemos dominar, e seremos eternamente incapazes de acolher este meio ambiente que não podemos mais controlar. Nem a natureza nem os Outros irão tornar-se modernos.”.

A política precisa renascer em novos sentidos e rumos e, para isso, a conscientização, empoderamento e mobilização política são fundamentais para uma articulação, cada vez mais, coletiva e global. Neste sentido, Barbosa (2019) enfatiza que:

o vínculo entre história, cultura e a assunção de uma consciência política permite configurar uma nova cultura política, no sentido de assumir o tempo histórico como espaço de forças sociais em luta, no compromisso por compreender a contradição de uma sociedade de classes, mas também propondo novos caminhos para pensar o passado e o presente, ao mesmo tempo que se articula um projeto alternativo prospectivo no qual as dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas sejam indissociáveis no horizonte da construção de um projeto de caráter emancipatório. (BARBOSA, 2019, P. 58)

As lutas e os instrumentos Zapatistas e do povo Ogoni se transnacionalizam através da tentativa de construir seus caminhos próprios criando novos pontos de estabilização, “amalgamando práticas científicas, saberes tradicionais, diferentes cosmovisões em um alargado panorama de mobilização em que se misturam humanos e não humanos” (AMORIM,

2017, P. 70). Contudo, apesar de estarem inseridos em diferentes configurações e condições contextuais e problemas locais, as causas de ambos os movimentos se transnacionalizam de forma interseccionada, perpassando por diversas questões que são impostas às lógicas de suas realidades e que se convergem em um projeto reconhecido pelo fenômeno da colonialidade. A forma como cada um manifesta seus descontentamentos, permite visualizar a potencialidade da articulação entre luta social, arte e política, vocalizando e somando valores multidimensionais tão próprios das articulações altermundistas e das lutas antiglobalização. Neste sentido, o Movimento Zapatista e o Movimento pela Sobrevivência do Povo Ogoni convergem em suas essências. A definição destes enquanto atores transnacionais e a visibilização de suas lutas para além do território local, por sua vez, colabora para a abertura do espaço político para outros povos e territórios ameaçados pelo sistema capitalista globalizado.

Referências

- ALEXANDER, Jeffrey Charles. A Sociedade Civil Global. **Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, IESP-UERJ, v. 1, n. 1, p. 1-7, jan./jul. 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/CESP/article/view/18988/13805>. Acesso em: 11 abr. 2022.
- ALONSO, Angela. AS TEORIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, v. 76, n. 1, p. 49-86, jan. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/HNDFYgPPP8sWZfPRqnWFXZ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 fev. 2022.
- AMORIM, Bianca Rihan Pinheiro. Modernidade alternativa no movimento zapatista de libertação nacional. **Revista Interfaces**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 26, p. 60-75, jan. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/interfaces/article/viewFile/29527/16574>. Acesso em: 15 fev. 2022.
- BARBOSA, Lia Pinheiro. Estética da resistência: arte sentipensante e educação na práxis política indígena e camponesa latino-americana. **Conhecer: debate entre o público e o privado**, Ceará, v. 9, n. 23, p. 29-62, ago. 2019. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/1144/1251>. Acesso em: 18 jul. 2022.
- BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Unb, 1998. 1299 p. Traduzido por Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini.. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Norberto-Bobbio-Dicionario-de-Politica.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.
- BORGES, Antonádia. Terra. In.: SANSONE, Livio; FURTADO, Cláudio Alves (org.). **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**. Salvador-Ba: Edufba, 2014. 494 p. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/14647>. Acesso em: 05 abr. 2021.
- BRINGEL, Breno. ATIVISMO TRANSNACIONAL, O ESTUDO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E AS NOVAS GEOGRAFIAS PÓS-COLONIAIS. **Estudos de Sociologia, Rev. do Progr. de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE**, Pernambuco, v. 16, n. 2, p. 185-215, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235294/28292>. Acesso em: 15 fev. 2022.
- BRINGEL, Breno; MUÑOZ, Enara. Dez anos de Seattle, o movimento antiglobalização e a ação coletiva transnacional. **Ciências Sociais Unisinos**, [S.L.], v. 46, n. 1, p. 28-36, 10 maio 2010. UNISINOS - Universidade do Vale do Rio Dos Sinos. <http://dx.doi.org/10.4013/csu.2010.46.1.04>. Disponível em: http://www.revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/168/38. Acesso em: 31 maio 2022.
- BRINGEL, Breno; ECHART, Enara. MOVIMENTOS SOCIAIS E DEMOCRACIA: os dois lados das fronteiras. **Cadernos CRH**, Salvador - Bahia, v. 21, n. 54, p. 457-475, Set./Dez. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792008000300004>. Acesso em: 28 jan. 2021.

CAMARGO, Adriane de Sousa. **Globalização e Hegemonia nas Relações Internacionais: o caso da via campesina por uma perspectiva gramsciana**. 2013. 117 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em:

https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/101/101131/tde-31012014-120405/publico/Adriane_Sousa_Camargo.pdf. Acesso em: 20 abr. 2022.

CÁPRIO, M. Sociologia das Relações Internacionais: potenciais de uma abordagem, **en Contribuciones a las Ciencias Sociales**, mai. 2011. Disponível em:

<https://www.eumed.net/rev/ccess/12/mc2.htm>. Acesso em: 26 jun. 2022.

CONFERÊNCIA DE ABERTURA: Relações Internacionais, colonialismo e colonialidade. Realização de Unalb-Ufba. Salvador: Inhac, 2021. (117 min.), son., color. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=iruk3ZWWNYg>. Acesso em: 26 jun. 2022.

DARLING, Victoria Inés. LA EPISTEME ZAPATISTA: otra forma de ver el mundo y hacer política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Foz do Iguaçu, Pr, v. 35, n. 104, p. 1-22, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/rFnYYNXkL83cF7KZmjt6By/?format=pdf&lang=es>.

Acesso em: 03 ago. 2021.

DELLA PORTA, Donatella; TARROW, Sidney. **Transnational Processes and Social Activism: an introduction**. 2005. Disponível em:

https://www.miguelangelmartinez.net/IMG/pdf/2005_Della_Porta_Tarrow_transantional_movements.pdf. Acesso em: 13 jul. 2022.

DEVIN, Guillaume. **Sociologie des relations internationales**. Paris: La Découverte, 2002.

GELBSPAN, Thea; PRIOSTE, Fernando. O uso e a apropriação de instrumentos de direitos humanos na luta do povo Ogoni pelo acesso à terra. In: GELBSPAN, Thea et al. **Terra na luta por justiça social: direitos humanos e as estratégias de movimentos sociais**. Curitiba: Editora Terra de Direitos, 2013. Cap. 2. p. 36-45. Disponível em: https://www.escrib.net.org/sites/default/files/Terra_Justica.port_.pdf. Acesso em: 06 jul. 2022.

https://www.escrib.net.org/sites/default/files/Terra_Justica.port_.pdf. Acesso em: 06 jul. 2022.

GELMAN, J. "Nada que ver con las armas". Entrevista exclusiva con el subcomandante

Marcos, **Chiapas**, México: IIEc, UNAM-Ediciones ERA, n. 3, p. 127-137, 1996. Disponível em: <https://chiapas.iiec.unam.mx/No3-PDF/ch3gelman.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2022.

GODOI, Emília Pietrafesa de. Territorialidade. In: SANSONE, Livio; FURTADO, Cláudio Alves (org.). **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**. Salvador: Edufba, 2014. p. 443-452.

HILSENBECK FILHO, Alexander Maximilian. Algumas questões estéticas e políticas nos murais zapatistas: um ensaio de interpretação fotográfica. In: HILSENBECK, Alex;

D'ANDREA, Tiaraju Pablo. **Periferias urbanas contemporâneas: conflitos, culturas e resistências**. 46. ed. São Paulo: Lutas Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2021. p. 31-38. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/55063/39606>. Acesso em: 25 jun. 2022.

KEN SARO-WIWA, PRESENTE!. Direção de Elisa Dassoler. Produção de Elisa Dassoler. Realização de Elisa Dassoler. Roteiro: Guto Presta. Música: Tiê Alves. Santa Catarina: Capes/Udesc/Ual, 2017. (82 min.), HD, son., color. Legendado. Disponível em: <https://www.elisadassoler.com/ken-saro-wiwa-presente>. Acesso em: 06 jun. 2021.

LATOURE, Bruno. Redistribuição. In: LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. 4. ed. São Paulo: Editora 34, 2021. Cap. 5. p. 164-182.

LITTLE, P. E. Espaço, memória e migração. Por uma teoria de reterritorialização. **T.E.X.T.O.S DE H.I.S.T.Ó.R.I.A. Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB.**, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 5–25, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/27706>. Acesso em: 5 abr. 2021.

LOSEKANN, Cristiana; BALLESTRIN, Luciana. A abertura do conceito de sociedade civil: desencaixes, diálogos e contribuições teóricas a partir do sul global. **Colombia Internacional**, no., n. 78, p. 181-210, mai./ago. 2013. Disponível em: <https://revistas.uniandes.edu.co/doi/epdf/10.7440/colombiaint78.2013.07>. Acesso em: 13 abr. 2022.

MARQUES, Luiz Antonio Barbosa Guerra. **DEMOCRACIA, JUSTIÇA, LIBERDADE**: lições da escuela zapatista. 2014. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16799/2/2014_LuizAntonioBarbosaGuerraMarques.pdf. Acesso em: 25 jun. 2022.

MENDONÇA, Luiz Jorge Vasconcellos P. de. A renovação Zapatista na América Latina. **Argumentum**, Vitória (Es), v. 5, n. 1, p. 46-49, jan. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/5645/4114>. Acesso em: 18 nov. 2021.

MILANI, Carlos R s. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 42, p. 551-579, Mai/Jun 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122008000300006>. Acesso em: 10 fev. 2021.

MOREL, Ana Paula Massadar. A luta pela terra na cosmopolítica do movimento zapatista. **Revista Estudos Libertários (Rel)**, Ufrj, v. 1, n. 1, p. 1-21, jan. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/estudoslibertarios/article/view/20812/13167>. Acesso em: 07 fev. 2022.

MUÑOZ, Enara Echart. **Movimientos sociales y relaciones internacionales**: la irrupción de un nuevo actor. Madrid: Catarata, 2008. 320 p.

OLIVEIRA, Cristiano Lessa de. UM APANHADO TEÓRICO-CONCEITUAL SOBRE A PESQUISA QUALITATIVA: TIPOS, TÉCNICAS E CARACTERÍSTICAS. **Revista Travessias**, Alagoas, v. 2, n. 3, p.1-16, 2008. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3122> Acesso em: 20 jul. 2022.

PEREIRA, Elenita Malta. O OURO NEGRO: petróleo e suas crises políticas, econômicas, sociais e ambientais na 2ª metade do século xx. Dossiê Religião e Religiosidade, Rio Grande do Sul, v. 5, n. 6, p. 54-72, dez. 2008. Disponível em:

https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/206/145. Acesso em: 10 nov. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Globalização. In: Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado Universidade de Coimbra. **DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS**. Coimbra: Edições Almedina, S.A., 2012. P. 111-112. Disponível em: <https://eg.uc.pt/bitstream/10316/90936/1/Globalizacao.pdf>. Acesso em: 31 maio 2022.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000. 174 p.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. GLOBALIZAÇÃO E GEOGRAFIA: A COMPARTIMENTAÇÃO DO ESPAÇO. Caderno Prudentino de Geografia, São Paulo, v. 1, n. 18, p. 5-17, jul. 1996. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7229/5342>. Acesso em: 05 abr. 2021.

SANTOS, Tacilla da Costa e Sá Siqueira. **ENTRE O NORTE E O SUL**: um estudo sobre o papel das organizações da sociedade civil brasileira na cooperação internacional escola de administração pós-graduação em administração para o desenvolvimento. 2013. 333 f. Tese (Doutorado) - Escola de Administração, Núcleo de Pós-Graduação em Administração (Npga), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/23874/1/TACILLA%20SIQUEIRA.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2021.

SCHERER-WARREN, Ilse. DAS MOBILIZAÇÕES ÀS REDES DE MOVIMENTOS SOCIAIS. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, abr. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/BF3dYyyqYgB7RX7fj7SrpQk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 jun. 2022.

SOUSA, Fernando de. Sociologia das Relações Internacionais. In: SOUSA, Fernando de. **Dicionário de Relações Internacionais**. Portugal: Edições Afrontamento, 2005. p. 179-181. STUENKEL, Oliver. O nascimento do ocidentocentrismo. In: STUENKEL, Oliver. **O mundo pós-ocidental**: potências emergentes e a nova ordem global. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. Cap. 1. p. 37-69.

TARGA, Leandro Garcez. Elementos para uma Sociologia das Relações Internacionais: o campo dos diplomatas e o estado como metacampo. **Plural**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 65-85, jan. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/142994/137855>. Acesso em: 13 jul. 2022.

TEIXEIRA, Juliana Carvalho Miranda. AS UTOPIAS DO ALTERMUNDIALISMO. In: JORNADA INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS, 7. ed., 2005, São Luís. **Anais [...]**. Maranhão: Ufma, 2005. p. 1-10. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo3/as-utopias-do-altermundialismo.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2022.

THERBORN, Göran. Globalização e desigualdade: questões de conceituação e esclarecimento. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 3, n. 6, p. 122-169, dez. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/c47fMRzV5JF3W4N6kqpxLMH/?lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2022.

UM LUGAR CHAMADO CHIAPAS. Direção de Nettie Wild. Produção de Nattie Wild, Manfred Becker. Canadá: Canada Wild Productions, 1997. (90 min.), son., color. Legendado. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jaP9hbBZBdQ>. Acesso em: 01 fev. 2022.

VESENTINI, José William. **Novas Geopolíticas.** 5. ed. São Paulo: Contexto, 2021. 125 p.

ANEXOS

ANEXO 1 – Otro mundo es posible



Fonte: <https://br.pinterest.com/kapralba/ezln/>. Acesso em: 25 jul. 2022

ANEXO 2 – Para construir un mundo donde quepan muchos mundos



Fonte: <https://soylocoporti.wordpress.com/2008/10/18/mais-ezln-lideranca-comunicacao-e-arte/>. Acesso em: 25 jul. 2022

ANEXO 3 -



Fonte: <http://rocio-arte.blogspot.com/2011/01/aurora.html>. Acesso em: 25 jul. 2022

ANEXO 4 – Queremos un mundo nuevo donde se haya la paz con justicia e dignidad



Fonte: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/616859-os-zapatistas-e-a-invasao-da-ucrania-artigo-de-raul-zibechi>. Acesso em: 25 jul. 2022

ANEXO 5 – Escuela primaria rebelde autonoma zapatista



Fonte: <https://kinkallaucv.wordpress.com/2013/09/05/el-arte-de-construir-un-mundo-nuevo-la-libertad-segun-los-zapatistas/>. Acesso em: 25 jul. 2022

ANEXO 6 – Luz y fuerza libre



Fonte: <https://revistacontinente.com.br/edicoes/163/educacao--a-escola-livre-do-movimento-zapatista>. Acesso em: 25 jul. 2022